

Relatório Final

XXVIII Reunião Ordinária de Pontos Focais de Cooperação da CPLP

Lisboa, 3 e 4 de Fevereiro de 2014

Introdução

Realizou-se nos dias 3 e 4 de Fevereiro de 2014, a XXVIII Reunião Ordinária de Pontos Focais de Cooperação da CPLP (RPFC) na Sede da CPLP, em Lisboa. A lista de participantes consta do **Anexo I**.

Em conformidade com o procedimento acordado pela XXII RPFC, de Fevereiro/Março de 2011, o presente Relatório será circulado para aprovação eletrónica pelos Pontos Focais de Cooperação (PFC).

Constituição da Mesa

A mesa de abertura foi integrada pelos seguintes elementos:

- Isaac Murade Murargy, Secretário Executivo da CPLP (SE);
- Albertina Mac Donald, Diretora para as Organizações Internacionais e Conferências e Ponto Focal de Cooperação de Moçambique (Coordenadora); e
- Manuel Clarote Lapão, Diretor da Cooperação (DC) do Secretariado Executivo da CPLP (SECPLP).

1. Sessão de Abertura

O SE iniciou a sessão saudando os Pontos Focais de Cooperação (PFC) e fazendo votos para uma sessão de trabalhos produtiva. Sublinhou que a CPLP se encontrava num momento particular da sua existência, celebrando este ano 18 anos e que dentro de dois anos faria 20 anos, o que motivava uma reflexão sobre o futuro da Organização e sobre o que se poderia querer e esperar desta Comunidade. Nesse sentido apontou também aos PFC um papel nesta reflexão, designadamente o de auxiliar o pensamento sobre o futuro da cooperação na CPLP, pois notou que se tratava de uma área chave para o desenvolvimento dos povos da Comunidade.

Aproveitou também para apresentar a nova Diretora Geral (DG) do Secretariado Executivo da CPLP, Dra. Georgina de Mello, tendo dito que a DG iria trazer uma importante mais-valia para o funcionamento da casa da CPLP.

De seguida a Coordenadora deu também as boas vindas aos representantes dos EM e secundou as palavras do Secretário Executivo sobre a importância da cooperação intracomunitária para o futuro da CPLP e a relevância dos PFC poderem contribuir para o esforço de reflexão em curso sobre o futuro da CPLP. Saudou também a nova DG, desejando-lhe sucessos no cumprimento das suas funções.

2. Aprovação da Agenda de Trabalho

O DC sugeriu a introdução de um ponto 10.2 subordinado ao Futuro da CPLP e a uma alteração na ordem da agenda por forma a permitir uma visita à sala onde o projeto da RIPES iria operar. A agenda aprovada consta do Anexo II e contempla as sugestões de alteração propostas pelo SECPLP.

3. Inauguração do Circuito Interno de Televisão da CPLP - (Ap37/LIS/13 - Reforço da capacidade de comunicação audiovisual da CPLP)

O DC recordou que o Circuito Interno de Televisão da CPLP fora aprovado pela RPF, tendo por objetivo contribuir para o reforço da visibilidade e operacionalidade da organização, sendo como tal adequado que a inauguração do mesmo pudesse ser feita também pela RPF. A esta inauguração seguiu-se então a visita à sala da RIPES, sendo que a visita permitiu visualizar as primeiras imagens do Circuito Interno de Televisão que transmitia as filmagens para as televisões distribuídas pelo edifício e no auditório.

4. Visionamento de peças audiovisuais sobre a Cooperação na CPLP

- Documentário sobre Trabalho Infantil na CPLP;
- Documentário sobre o Pr49/LIS/12: “Capoeira: Formação técnico-profissional e cidadania”;
- Peça audiovisual sobre a 1ª Conferência CPLP Governo Eletrónico;
- Documentário “Desenvolvimento dos Recursos Humanos em Saúde Pública na CPLP”;
- Vídeo promocional da “Campanha de Sensibilização sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres na CPLP”;
- Peça audiovisual sobre Segurança Alimentar na CPLP.

Previamente à visualização das peças, o Assessor de Imprensa introduziu este ponto sublinhando a evolução da tendência de notícias relativas à CPLP, realçando uma “turbulência” satisfatória face aos momentos de maior visibilidade da organização, como as Cimeiras, que apresentavam os maiores picos noticiosos. Realçou a consistência com que as notícias referiam a CPLP o que contribuía para a maior visibilidade da organização. Destacou o interesse regional que cada país detinha, notando a liderança de Angola. Apresentou uma breve comparação entre a CPLP e Francofonia, relançando a proximidade entre ambas as organizações no quadro do retorno mediático, não obstante a disparidade de meios entre ambas as organizações. Mostrou também que a CPLP monitorizava o retorno mediático dos *media* em Portugal. Revelou que a CPLP se encontrava a desenvolver uma aposta crescente nas redes sociais. Indicou que estava em estudo o arranque, para breve, um programa semanal da CPLP. Notou, ainda, a importância do reforço audiovisual, que permitira alavancar a capacidade do SECPLP, permitindo cumprir e ampliar os objetivos da CPLP para esta área.

O PFC de Portugal questionou sobre a possibilidade de TV’s de Estados fora da CPLP poderem ter acesso aos recursos disponibilizados pelo SECPLP sobre a CPLP.

O Assessor de Imprensa explicou que a prioridade era garantir o acesso das TV’s nacionais a esses recursos, mas que estaria prevista a expansão do acesso para todos os Estados em que existissem comunidades dos países de língua portuguesa. Comunicou, ainda, que para o 18º aniversário da CPLP iria ser preparada uma publicação da CPLP com um balanço dos 18 anos da organização e a edição de um livro de contos para crianças, possivelmente também disponível em formato áudio, e vídeo.

O PFC do Brasil saudou o SECPLP e todos os colaboradores do projeto, destacando a importância da iniciativa e o aumento de notoriedade que permitia dar ao trabalho de campo, afirmando que se tratava também de uma forma de o comunicar aos contribuintes e às entidades públicas dos Estados membros. Questionou sobre como poderia ser feito o acesso aos recursos audiovisuais.

O DC explicou que os vídeos poderiam ser descarregados através das plataformas e que o SECPLP poderia também disponibilizar o *broadcast* em alta definição. Notou que o método vídeo funcionava bem e era facilmente apreensível mas que era agora necessário perceber se o sistema resultava em termos de interação com os EM e se lhes fornecia uma abordagem interessante ou não. Realçou que a experiência na interação com as entidades executoras era positiva.

Após o visionamento das peças, a Reitora da UNILAB afirmou que estas permitiam ter uma visão mais ampla das atividades da CPLP e que a UNILAB estaria à disposição para contribuir para a divulgação e para estimular o trabalho desenvolvido. Acrescentou que a UNILAB possuía um portal internacional, com enfoque no ensino

superior que poderia divulgar atividades e informação geral sobre a CPLP, bem como no próprio portal da RIPES.

O PFC de Portugal vincou a disponibilidade e o interesse de Portugal em contribuir para o disseminar das atividades da CPLP, colocando à disposição os portais institucionais de Portugal e o portal do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua (Camões,I.P.) para estabelecer ligações e potenciar a visibilidade das mesmas. Considerou que cada EM poderia fazer o mesmo, tratando-se de informação importante que deveria estar disponível, por exemplo, nos portais das embaixadas, reforçando o sentimento de Comunidade. Informou que o IC faria uma recomendação ao MNE nesse sentido.

Esta sugestão foi apoiada pela Coordenadora.

O PFC de Angola felicitou o SECPLP por, apenas um ano após o pedido da RPFC, ter conseguido materializar este projeto de reforço da visibilidade da CPLP, o qual acrescentou, muito contribuiria para a aproximação ao público. Recordou aos PFC que ainda existiam televisões nacionais dos nossos países que não tinham respondido ao apelo do SECPLP para disponibilizar material a ser disseminado por todos os EM.

A Coordenadora referiu que ainda haveria tempo para que cada PFC e/ou Observador Consultivo apresentasse sugestões tendo em mente o reforço da visibilidade e que poderiam levar esse trabalho para o SECPLP. Indicou que os PFC fariam, desde já, uma proposta de exercer pressão sobre os respetivos órgãos de comunicação para que estes dessem maior visibilidade à CPLP e que as vésperas da Cimeira, que se aproxima, seria uma oportunidade para mostrar o que já fora feito.

▪ **DECISÃO DA REUNIÃO:**

- *Cada PFC deverá apresentar sugestões tendo em mente o reforço da visibilidade e exercer pressão sobre os respetivos órgãos de comunicação para que estes deem maior visibilidade à CPLP.*
- *O PFC de PT irá recomendar ao seu MNE uma estratégia de divulgação dos portais da CPLP pelos portais portugueses considerados relevantes para esse processo numa lógica de potenciar a visibilidade da CPLP;*
- *Cada PFC deverá recolher materiais audiovisuais junto das TV's nacionais e Ministérios e fazê-los chegar ao SECPLP, até ao final de Abril de 2014, tendo em vista a apresentação, na Cimeira de Díli, de um documentário mais completo sobre a cooperação na CPLP.*

5. Apresentações pelas entidades executoras das Atividades que acompanham no âmbito do Fundo Especial:

5.1. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República do Brasil - Pr56/LIS/13: “Fortalecimento da Capacidade Política e Institucional de Agentes Governamentais e Não-governamentais para a Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência nos Países da CPLP”

O representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República do Brasil, Fernando Ribeiro, fez uma apresentação deste projeto, cuja origem, explicou, remonta a 2008, tendo sido nessa altura identificada a oportunidade de partilhar boas práticas apreendidas no contexto do Brasil com os PALOP. Surgiu assim a ideia subjacente ao projeto cujo intuito passava por identificar entidades governamentais e da sociedade civil nos PALOP e desenvolver formação na área dos direitos humanos das pessoas com deficiência. Assim, resumiu o que foi o histórico da experiência brasileira no tratamento desta temática e de como a defesa e a promoção dos direitos humanos passou a integrar a agenda política do Brasil. Referiu também que o projeto iria iniciar as atividades de formação nos respetivos contextos nacionais durante o primeiro semestre de 2014, em colaboração com o SECPLP.

5.2. Instituto Raízes do Brasil - Pr49/LIS/12: “Capoeira: Formação técnico-profissional e cidadania”

O Coordenador do Centro Cultural de Capoeira Raízes do Brasil, Ralil Salomão, relatou como o Centro, em parceria com o Governo brasileiro partira da experiência em executar projetos em comunidades carentes, sobretudo com jovens em situações marginais, para desenvolver o seu trabalho, fundamentado no ensino da capoeira, para oferecer condições de crescimento pessoal e profissional. Explicou que essa experiência foi acumulada durante 32 anos de execução de projetos no Brasil em contexto internacional, replicando os fundamentos e técnicas da capoeira, promovendo a valorização de expressões culturais, artísticas e desportivas, bem como o desenvolvimento de ações de cidadania. Foi nesse contexto que surgiu o projeto de capoeira que se encontra em marcha em São Tomé e Príncipe e que atendia, presentemente, a 600 alunos, afirmou.

Acrescentou que o projeto estava ser desenvolvido em 11 núcleos e que alguns professores e instrutores santomenses formados pelo projeto vinham ministrando aulas particulares em espaços como escolas e hotéis, o que se revela muito importante no aumento dos rendimentos disponíveis. Informou, também, que no âmbito do projeto tinham sido realizadas palestras e debates sobre diversos temas, tais como: saúde desportiva, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, higiene, alimentação,

drogas lícitas e ilícitas e valorização do papel da mulher. Realçou que o projeto contribuía, pela prática desportiva, para a promoção da saúde, para promover a sociabilidade e a autoestima.

5.3. Universidade de Aveiro - Pr47/LIS/12: “Programa CPLP nas Escolas”

Em representação do Programa PmatE da Universidade de Aveiro, Paula Pinheiro fez um apanhado daquilo que era atividade do Programa PmatE, orientado para o ensino da matemática e do desenvolvimento de competições em rede. Desenvolveu que tinham iniciado atividade de cooperação através do projeto Pensas e das Bienais da Matemática. Em seguida procedeu a uma apresentação da Plataforma CPLP nas Escolas, ferramenta sob a qual iria ser desenvolvido o projeto CPLP nas Escolas.

Falou ainda da I Reunião dos Pontos Focais para o Programa CPLP nas Escolas, que decorreria no mês de Janeiro de 2014, na sede da CPLP, através do qual os respetivos pontos focais receberam formação na utilização da plataforma. Informou que o projeto estava já ser testado em escolas em Portugal e em Moçambique e que se previa o arranque da fase piloto, faseadamente, durante o ano de 2014, permitindo ligar escolas nos diferentes Estados membros.

5.4. ECOSPHERE - Pr53/MAP/12: “Base de Dados Jurídica da CPLP - Prolongamento (Legis-CPLP - Fase IV)”

A representante da Ecosphere, entidade executora do Legis-PALOP, Teresa Amador, apresentou o projeto explicando que se tratava de uma base de dados jurídica que constituía uma importante ferramenta no quadro da Governação Democrática, facilitadora do exercício do direito de cidadania através do acesso à informação jurídica e de promoção de uma justiça mais eficiente. Referiu que no ano de 2013 tinha sido possível constar um aumento de subscrições, apontando as respetivas incidências geográficas e mostrando que o projeto estava a caminhar para a sua autossustentabilidade. Realçou os desafios de incluir Timor-Leste no projeto, de considerar a alteração da designação para LEGIS-CPLP e de consolidar o papel do LEGIS nos respetivos contextos nacionais.

6. Tertúlia: Visão da CPLP para a Agenda do Desenvolvimento Pós-2015

1. Apresentações por Entidades Executoras e Observadores Consultivos da CPLP
 - Apresentação da Associação PAR
 - Apresentação da ACEP

- Apresentação da Plataforma Portuguesa das Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD)
- 2. Apresentações pelos Pontos Focais de Cooperação da CPLP
- 3. Debate

Tal como acordado e, no que diz respeito à metodologia utilizada, a tertúlia serviu como um momento para, de forma descontraída e sem caráter deliberativo, os PFC se engajarem num debate sobre o tema proposto.

Opta-se, assim, tal como acordado, por não se produzir um relato exaustivo das intervenções, mas apenas algumas ideias para as quais se obtiveram posições de consenso:

- Reconhecimento de que todos os Estados membros da CPLP enfrentam desafios de desenvolvimento e situações de pobreza;
- Constatação de que os estados membros da CPLP pertencem a contextos regionais diferentes, com visões de desenvolvimento diferentes e que, necessariamente, precisam de defender em termos de posicionamento internacional. Mas no campo dos princípios as preocupações são partilhadas;
- Apesar de não ser possível a afirmação de uma posição concertada da CPLP sobre a Agenda do Desenvolvimento Pós-2015, foi possível observar que parte das Delegações concordaram que a Organização, no domínio dos “grandes princípios”, poderia procurar, um espaço de convergência, um denominador comum, através do qual pudesse assumir um papel de destaque. Este denominador deve resultar de um espaço de reflexão e de consenso em foro apropriado que poderia vir a ser traduzido num compromisso expresso pelos órgãos setoriais competentes da organização nos *fora* internacionais onde participa;
- Foi unanimemente expressa a ideia de que o processo de desenvolvimento deve ser centrado nas pessoas;
- Identificou-se a importância do alargamento e diversificação das parcerias globais para o desenvolvimento, sendo reconhecidas como fundamentais para este processo;
- Estabilizou-se a ideia de que apesar de não ser possível a defesa e apresentação de uma posição comum da CPLP para a Agenda do Desenvolvimento Pós-2015, será pertinente gerar consensos em termos de preocupações comuns;
- “Nuvem de palavras-chave” da tertúlia: paz e segurança; apropriação local; inclusão; transparência; objetivos mensuráveis; alianças com sociedade civil; governação; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, RIO +20 e financiamento.

7. Seguimento das Deliberações da XXVII Reunião Ordinária de Pontos Focais de Cooperação (RPFC) - Grelha das deliberações

O DC procedeu a uma breve apresentação da grelha de deliberações da XXVII RPFC, de Julho de 2013, fazendo um ponto de situação das mesmas. Nesse sentido, apontou que existiam um conjunto de deliberações às quais havia sido dado seguimento mas que outras, com impacto significativo, não tinha sido possível cumprir. Quanto às recomendações do foro financeiro, observou que as mesmas foram cumpridas.

Passando a uma leitura da grelha relatou os seguintes pontos:

- A ação pontual CIPS, aprovada com a categoria de decisão 1, em execução, tinha como pressuposto o facto de ter existido disponibilidade de Portugal e de Angola em identificar, até à presente reunião, recursos para fases seguintes.
- O projeto apresentado pela Conexão Lusófona e aprovado com a categoria de decisão 3, fora alvo de um conjunto de recomendações que foram levadas a cabo pela entidade proponente em articulação com o SECPLP e, como tal, seria trazido à atenção dos PFC, em ponto específico da agenda, para que se pudessem pronunciar sobre se as alterações responderiam às recomendações solicitadas e se o projeto cumpre os requisitos necessários para ser aprovado com outra categoria de decisão.
- Sobre as Perspetivas de Futuro para a Continuidade do Projeto Meninos de Rua, notou que ficara sobre a responsabilidade dos PFC fazer chegar contribuições para revisão da AP, mas que o SECPLP não recebera qualquer informação. Adiantou que a entidade executora iria fazer uma apresentação sobre esta atividade e dos resultados que conseguira através de contactos bilaterais com os EM. Recordou que Angola fizera menção à possibilidade de serem identificados recursos financeiros para atividades futuras que poderiam reverter para o projeto.
- Quanto à criação de um grupo de trabalho para elaboração de um PIC para o período entre 2013-2016, notou que não se registara nenhum avanço. Recordou que o SECPLP enviara notas verbais estabelecendo prazos para o envio de contribuições e considerou que se poderia fazer uma leitura positiva, ou seja, que os PFC se sentem confortáveis com o atual PIC.
 - Quanto ao GT para um novo PIC afirmou que se poderia tratar de um exercício talvez desnecessário em função do debate do dia anterior. Disse ainda que talvez fosse um debate que pudesse ser retomado após aprovação de um novo instrumento internacional.
- No ponto relativo à agenda de desenvolvimento pós-2015, notou que apenas alguns Estados haviam enviado contribuições mas regozijou-se com os

resultados da reunião do dia anterior, que permitia vislumbrar possibilidades de se alcançar um patamar mínimo de consenso. No caso do Brasil, foi recebida a indicação de que o país iria proceder a consultas às áreas pertinentes para se verificar a possibilidade de que o país pudesse vir a participar de um exercício de concertação sobre o tema da Agenda Pós-2015.

- Relativamente ao tema da Energia, referiu que o mesmo crescera em importância e registara avanços, os quais seriam levados ao Conselho de Ministros para que pudesse ser aprovada uma resolução que propusesse a realização de uma Reunião Ministerial subordinada à temática da energia. Informou, também, que se encontravam em curso contactos com as autoridades nacionais de petróleos de Angola e Moçambique e que teriam lugar em breve entrevistas do Diretor de Cooperação, em Moçambique. Solicitou a Angola a possibilidade de estabelecer diálogo com a Sonangol, explanando o interesse da CPLP em envolver esta empresa no projeto. Referiu que estavam projetadas entrevistas com outras entidades em Cabo e Verde e Brasil.
- Concluído o ano internacional da cooperação pela água, a proposta de realização de um evento no âmbito da CPLP para assinalar a data não foi cumprido.
- Em relação ao documentário sobre a cooperação na CPLP, relatou que, infelizmente, os PFC não municiaram o SECPLP com material que apoiasse e permitisse ter uma visão maior sobre as atividades de cooperação desenvolvidas nos EM. Fez notar que o exercício apresentado no dia anterior havia sido muito concentrado sobre as atividades realizadas na sede. Explicou que nem sempre era possível levar a equipa de audiovisuais ao terreno para captar imagens, pois existiam restrições orçamentais.
 - Solicitou um novo esforço aos PFC de recolha de materiais audiovisuais, junto das TV's nacionais e Ministérios, e que procurassem fazer chegar, nos próximos 3 meses esses materiais, para poder apresentar um documentário mais completo sobre a cooperação na CPLP, em Díli, na transição da presidência. Informou também que se iria estabelecer uma parceria com a Presidência de Timor Leste da CPLP, articulando com a Missão em Lisboa, para que num calendário próximo, pudesse haver uma passagem regular na TV timorense de materiais da CPLP.
- Concluiu afirmando que haviam sido cumpridas 90% das deliberações.

A PFC do Brasil solicitou um esclarecimento sobre uma Nota Verbal (NV), remetida em Outubro de 2013, relativa ao PIC, notando que a NV capeava uma versão do PIC atual. Disse também que não se recordava de terem sido estabelecidos prazos ou de

calendário e que a NV que tinham recebido transmitia compromissos individualizados, designadamente com um parágrafo que solicitava indicação de um Ponto Focal.

O DC esclareceu que os prazos constavam da própria grelha. E recordou que haviam sido enviadas NV a cada EM sobre os pontos de seguimento. Recordou que o SECPLP tinha ficado incumbido de preparar o documento que seguira em anexo às NV, e de estabelecer um prazo para os PFC se pronunciarem. Porém, constatou que a única manifestação de interesse fora aquela já feita em Maputo, indicada verbalmente, por Portugal e Brasil, tendo como tal o SECPLP circulado para que os restantes EM se pronunciassem, se assim o entendessem. Informou que nenhum EM o fez e nem sequer Brasil e Portugal confirmaram o entendimento anteriormente exposto.

O PFC do Brasil reiterou o interesse em rever o documento e afirmou que, embora existissem negociações na capital, o PFC seria o ponto de contacto a nível da CPLP para discutir esta matéria.

O PFC de Portugal afirmou que a revisão do PIC era de óbvia importância para a organização. Como tal, recordou a intenção de constituição de um GT, que Portugal sugerira através de NV, e que Portugal já indicara o seu PF e que mantinha essa indicação. Acrescentou que seria importante delinear o caminho a seguir, cujo processo poderia ser ligado à revisão pós-2015, mas considerou não haver grande vantagem em aguardar até lá.

Sublinhou que as revisões não têm sempre de ser de fundo, mas que podem ser feitos ajustes que tornem aquele tipo de documentos mais eficazes e adequados. Instou a que não se esperasse até 2015 e que a CPLP pudesse, no quadro da reflexão sobre o futuro da CPLP, fazer um enquadramento mais global onde fosse ponderada esta revisão. Assim, a dinâmica de um processo poderia influenciar o outro, acrescentou.

A Coordenadora explicou que existiam duas propostas, uma do SECPLP, que sugeria que se aguardasse até haver uma ideia mais concreta sobre o que será a conjuntura pós-2015, antes de avançar para a revisão do PIC; e outra, de Portugal, para continuar com o processo de revisão como previsto.

O PFC de Timor-Leste informou que o seu Governo está a programar os preparativos para a presidência da CPLP.

O PFC de Angola retomou o ponto 5.1 da Grelha de deliberações da XXVII RPF, informando que Angola já havia identificado o recurso para a Fase II do CIPS e que apenas, por razões de ordem técnica, ainda não havia sido depositado no Fundo Especial. Disse que esperaria que tal fosse feito muito em breve. Veiculou o seu grande interesse na materialização da atividade, que Angola estava vinculada à ideia e que seria cumprido o que fora anunciado na reunião anterior. Quanto ao ponto 5.3 da

mesma, relativo à Fase III do projeto Meninos de Rua, explicou que se tratava de uma situação idêntica, tendo o recurso também já sido identificado. Aguardava apenas pela execução da operação financeira e que Angola estaria disponível para cofinanciar.

Em relação ao ponto 8.10 da Grelha das deliberações da XXVII RPFC, no âmbito da CPLP da Energia, afirmou que não haveria dificuldade em estabelecer o contacto com a Sonangol e que tomaria as diligências solicitadas. Pediu que fosse remetida uma NV com o devido enquadramento, para que em seguida pudesse então contactar a Sonangol. Ainda no âmbito do ponto 5.3 da grelha da reunião anterior, no Âmbito do projeto Meninos de Rua, indicou que o PF visitara o projeto no Huambo, e que a reação tinha sido muito positiva, existindo agora a necessidade da ONG em encontrar um espaço físico para a sua sede. Informou que o PF estava em contacto com o Governo do Huambo para procurar encontrar um espaço para poder instalar uma sede e ampliar a ação desenvolvida.

O DC informou que seria seguida a proposta sugerida por Portugal, para que a CPLP pudesse tentar identificar aquilo em que a CPLP fosse mais vocacionada, e que pudesse ser enquadrado, em termos genéricos, na agenda global. Notou que já existia um calendário e questionou se existiam mais PF interessados em integrar este GT, para ajustar e recalendarizar atividades.

O PFC do Brasil recordou a génese da construção do PIC, em que havia sido formulado tendo como base a agenda dos ODM, os compromissos assumidos por todos os EM e, de acordo com as possibilidades, foram elencadas ações prioritárias. Esse era o objetivo que vinha sendo prosseguido nos últimos anos, lembrou. No exercício de elaboração de um novo PIC, em que fossem elencados um novo role de objetivos, questionou se não seria uma inversão da metodologia seguida.

Considerou pois, relevante que os EM refletissem um pouco sobre qual o caminho mais coerente, tendo em mente outras negociações em curso. Recordou que a posição do Brasil era de um fortalecimento da cooperação sul-sul, e que como tal seria difícil colocar um elenco de prioridades, pois estas deveriam partir dos países parceiros. Considerou ainda que se só Brasil e Portugal se engajarem no processo de revisão haveria um esvaziamento da lógica de elaboração de um PIC para a CPLP.

O DC anuiu e sugeriu que a melhor solução seria o envolvimento de todos os EM para este exercício. Acrescentou, ainda, que, em todo o caso, o PIC da CPLP deveria identificar o que é prioritário para a CPLP e que se a CPLP pudesse projetar esse entendimento para conseguir, em conjunto, influenciar a agenda global, porque não faze-lo, interrogou. Concluiu, afirmando que seria continuado o exercício, para que todos os EM se pudessem apropriar e esbater diferenças entre recetores e doadores. Afirmou ainda que caberia a cada país decidir se será o PFC ou se haveriam outras

entidades, em cada EM, com as quais o SECPLP deveria trabalhar. Indicou que o SECPLP circularia calendário até 15 de Abril de 2014.

A DG considerou que seria benéfico prosseguir com a discussão tendo em conta o cenário global de crise. E que num contexto de recursos limitados, o futuro PIC poderia assumir-se como instrumento estratégico e cirúrgico para fazer diferença, e contribuir para atingir o que se pretendia ao nível dos EM CPLP. Concordou que se deveria fechar o leque e escolher pontos estratégicos, com mais impacto, e fazer bem nessas áreas.

Sublinhou que a tendência atual, de fazer muita coisa, consumia muitos recursos e não conseguia ter o impacto desejável e que se deveria procurar, no seio da CPLP, encontrar um denominador comum, independentemente do estado desenvolvimento de cada Estado. Recordou temas cruciais, como a fome, a pobreza e o desenvolvimento sustentável. Apontou como ideal, a criação de um programa que não consumisse muito nem exigisse meios de acompanhamento fora das possibilidades, mas que permitisse atingir indicadores e fazer o *follow up*, e assim reduzir a frustração de tentar fazer tudo e apenas produzir um impacto mínimo.

O PFC de Angola disse concordar com a DG e que, felizmente era possível identificar que o modelo em vigor não era o mais adequado nem se adaptava à realidade atual. Afirmou que gostaria de ouvir os demais PFC sobre esta situação. Notou que se até recentemente os projetos e ações pontuais eram provenientes do Brasil e de Portugal, era necessário alterar essa forma de atuar. Para tal teriam de pensar e refletir sobre as alternativas, pois esse modelo não se adaptava à realidade e que era preciso que existisse uma maior troca de informação entre doadores e beneficiários que tornasse a relação entre ambos mais prática e objetiva, reforçou.

Explicou que Angola estava disposta a abraçar essa nova dinâmica, em que a CPLP, enquanto organização, tivesse maior peso por forma a cumprir as aspirações dos seus povos. Considerou que, se a CPLP, enquanto projeto político de reforço e preservação dos laços irmandade e de promoção da língua portuguesa, se havia conseguido afirmar, pouco tinha sido feito na área da cooperação intracomunitária e que era necessário uma visão nova. Apontou a crise atual como oportunidade para encontrar um espaço para atuar, dentro do mínimo denominador comum referido e onde seja possível prosseguir esforços para encontrar maior financiamento.

A Coordenadora afirmou que o compromisso político se fazia sentir e que também se tinham identificado áreas de atuação, mas que o que continuava a faltar eram os meios financeiros. Notou que existia uma evolução significativa no que concerne ao envolvimento dos Estados com a CPLP. Quanto ao exercício em curso de refletir o futuro, considerou que o ponto estava esgotado e que seria encerrado por ora, mas que resultara um entendimento em prosseguir os esforços de discussão, com o

envolvimento de todos, exceto de quem não o quisesse fazer. Ir-se-ia, assim, aguardar o envio do calendário para poder seguir o tema e visualizar algo mais concreto na próxima reunião. Finalizou afirmando que este exercício não poderia ser dissociado do exercício de discutir o futuro para a CPLP.

O DC pediu a palavra para aditar uma informação face ao referido pelo PFC de Angola. Assim, recordou que os PFC aprovaram a criação de uma linha financeira no Fundo Especial, de acordo com as regras em vigor, resultando no apuramento de recursos livres para financiar projetos que os PFC identifiquem, o que vinha permitindo financiar algumas atividades em conjunto com o SECPLP. Disse esperar que a existência e reforço da linha pudessem representar uma evolução dada a sua pertinência e informou que o SECPLP há muito que vinha alertando para a necessidade de reforçar essa linha. Numa visão de futuro, para o novo PIC, esse seria o contexto ideal. Concordou que, até então, têm sido os Estados com maior tradição e capacitação no domínio da cooperação que apresentam mais projetos para deliberação.

Notou, também, o apelo do PFC de Angola e a experiência muito positiva em relação à formação dos próprios PFC, pese embora as dificuldades técnicas que, tal como o SECPLP, possuem. Apoiou ainda a intervenção da DG no que respeita à redução de áreas de intervenção, permitindo tornar a intervenção da CPLP mais estratégica. Referiu, no entanto, que este debate não novo, pois o SECPLP já solicitara identificação de apenas 3 áreas por EM, para se estabelecer um consenso quanto ao quadro de intervenção do novo PIC, mas que o exercício realizado em Maputo, em Julho de 2012, acabara por resultar num elencar de 12 domínios de intervenção.

- **DECISÃO DA REUNIÃO:**
 - *No quadro da preparação de um novo PIC:*
 - *Decidiu-se continuar o exercício de revisão do PIC em paralelo com análise e debate sobre a Agenda pós 2015;*
 - *Todos os EM e PFC são convidados a envolver-se e a apropriar-se do exercício;*
 - *Cada EM deverá informar o SECPLP se será o PFC ou outras entidades, com as quais o SECPLP deveria trabalhar;*
 - *O SECPLP circulará um novo calendário de atividades até 15 de Abril de 2014, recordando procedimentos e metodologias já consensualizadas, nomeadamente a constituição de um Grupo de Trabalho composto pelos PFC;*
 - *Deverão ser exploradas as sinergias entre o exercício de revisão do PIC e a reflexão em curso sobre o futuro para a CPLP;*
 - *Serão procurados caminhos de concentração das prioridades estratégicas do PIC;*
 - *O SECPLP enviará uma NV para o PFC de Angola, enquadrando o tema da CPLP da Energia, tendo em vista a articulação com a Sonangol.*

8. Programa Indicativo de Cooperação

8.1. Execução Financeira do Fundo Especial do Ano de 2013

A Coordenadora para os Assuntos Financeiros (DAF), Cristina Sousa, apresentou o Relatório de Execução Financeira do Fundo Especial de 2013, destacando o grau de execução financeira do mesmo, até 31 de Dezembro de 2013, designadamente no âmbito do quadro das contribuições efetuadas para as atividades constantes do PIC e a sua respetiva natureza bem como a consignação de outras prestações para atividades a decidir pelos países contribuintes. Destacou também o apuramento da reserva de recursos livres de 2013 e de taxas administrativas. Notou que no decurso do presente ano iriam decorrer três processos eleitorais, cujo financiamento seria ainda necessário assegurar. Referiu a cooperação bilateral financiada por Brasil, Portugal e Timor-Leste, notando, relativamente a este último, o esforço financeiro para apoiar a construção da Representação da CPLP em Díli.

Apresentou alguns dados relativos a 2013, designadamente: Euros 1.400,000 executados, que originaram 800 movimentos bancários; o que em média representou que cada movimento ascende a perto de Euros 2.000; cerca de 3 a 4 pagamentos por dia apenas por conta do FE. Informou que relativamente ao apuramento de recursos livres, provenientes dos limites consignação somados aos juros dos depósitos a prazo, os resultados permitiam ter uma bolsa de recursos na ordem dos Euros 172.000, recursos que poderão ser utilizados pela RPFC, pelo CCP e pelo SECPLP. Finalmente disse que o relatório de execução financeira relativo ao ano transato já havia sido circulado e que fora solicitado ao CCP uma divisão dos recursos livres em 50% para o SECPLP e 50% para CCP, com a intenção de dar mais rigor e transparência à utilização dos mesmos.

O PFC de Angola cumprimentou a apresentação afirmando que era visível a engenharia financeira em curso. Relatou sérias dificuldades que sentia em alocar recursos a organizações internacionais e que era complicado até honrar os compromissos estatutários, designadamente as contribuições fixas e voluntárias. Mas afirmou que essa atitude seria refletida, e que tudo indicava que Angola poderia melhorar a sua prestação ultrapassando as dificuldades internas.

A PFC do Brasil agradeceu também o trabalho no aprimoramento da componente financeira, cujas apresentações facilitavam os entendimentos e apresentou uma questão de índole técnica quanto ao apuramento dos recursos livres.

A Coordenadora da DAF explicou que o entendimento sobre a aplicação dos recursos livres de 2012 criou dificuldades dado que se tratava do 1º ano em que o novo regimento do FE foi utilizado. Assim, informou que, em 2011, haviam sido aprovados pagamentos sem cabimento do SECPLP que seria necessário regularizar, algo que o CCP deliberou e saldou com essa primeira reserva de recursos livres. Esta situação

encontra-se ultrapassada e já não virá a suceder em 2014, desenvolveu. Recordou que, desde Maio de 2013, que o SECPLP, mensalmente, faz prestação de contas do FE.

O PFC de Portugal sublinhou o esforço de clareza e transparência que contribui para o relacionamento com quem facilita os financiamentos, e que assim se tornava mais fácil justificar internamente, junto da tutela, os mesmos. Informou que Portugal prosseguirá com contribuições regulares para o FE. Aproveitou o momento para sublinhar a necessidade de maior apropriação dos projetos por todos os EM pois, de facto, não se pode conviver bem apenas com financiamentos a cargo de Portugal e do Brasil, sublinhou. Afirmou que se deveria caminhar para um modelo em que existissem contribuições mais alargadas.

O PFC de Angola questionou se, relativamente aos recursos livres, o valor final e remanescente, constante no ponto G. do Relatório, Resultado de Juros Vencidos 2002-2009, poderia ser utilizado pelos PFC.

A Coordenadora da DAF indicou que os PFC poderiam propor a utilização dessas verbas ao CCP, as quais ascendem a Euros 44.348,85.

O DC, no seguimento da apresentação da Coordenadora da DAF e recordando as apresentações anteriores dos PFC, propôs que os recursos referentes ao resultado de juros vencidos no período de 2002-2009 transitassem para a linha de projetos a identificar pelos PFC em articulação com o SECPLP. Essa proposta seria levada ao CCP, que aprovando, tornaria esse montante disponível.

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none">▪ DECISÃO DA REUNIÃO:<ul style="list-style-type: none">○ <i>O SECPLP levará ao CCP a proposta da RPFC de transitar os recursos referentes ao resultado de juros vencidos no período de 2002-2009 para a linha de projetos a identificar pelo SECPLP em articulação com os PFC.</i> |
|---|

8.2. Quadro de Execução de Projetos e Ações Pontuais do PIC

O DC fez uma apresentação abrangente do grau de execução técnica das atividades constantes do “Quadro de Execução de Projetos e Ações Pontuais do PIC”. Notou que no quadro de execução técnica, os dados eram relativos a janeiro de 2014, e que, portanto, a informação financeira poderia ser dissonante por se reportar a diferentes momentos de análise. Mas isso apenas se verificaria em duas atividades.

Passou em seguida em revista os projetos e ações pontuais:

- Artesanato: explicou que era um projeto de apreciação muito positiva cuja execução estava concluída. Todo o processo fora monitorizado pelo SECPLP, conforme constante nos relatórios circulados. Apesar do projeto ter chegado a termo indicou que o relatório estava ainda por circular. O elevado nível de apropriação do projeto fora reconhecido em virtude do impacto significativo e da vontade da generalidade dos artesãos, em constituir uma cooperativa, que atualmente já vendia os seus produtos no mercado. Concluiu que o projeto atingira a plenitude de execução.
- Programa de Capacitação dos Sistemas Estatísticos Nacionais PALOP e TL: Indicou que os relatórios já haviam sido disponibilizados e que a apreciação era, na generalidade, positiva. A exceção quanto à execução devia-se ao contexto da Guiné-Bissau, que implicara uma recalendarização e que, possivelmente, não seria possível executar. Quanto à execução financeira informou que tinha sido cumprida a 100%.
- Programa de Capacitação dos Laboratórios de Engenharia dos PALOP – Fase IV: Informou que a Fase IV permitira o envolvimento e alargamento a Timor Leste, representando uma grande mais-valia a apropriação pelas autoridades timorenses. Esta fase encontrava-se ainda em conclusão e seria proposto que os montantes remanescentes revertessem para a fase V.
- Programa CPLP nas Escolas – informou que a plataforma se encontrava construída e que tivera lugar uma reunião dos pontos focais do programa da qual haviam resultado um conjunto de conclusões e recomendações, já circuladas, e que nesse sentido a plataforma seria alvo de uma atualização visual, para melhor adequação à faixa etária. Afirmou que, até ao final do ano, o projeto deveria ser implementado nas Escolas já indicadas pelos EM. Disse que o SECPLP estava agradavelmente surpreendido com a dinâmica dos PF e que a única indicação que faltava eram as escolas piloto em Timor-Leste.
- Apoio aos Estados membros da CPLP na área da Capacitação e Formação em Recursos Hídricos (Hidroex): no quadro da iniciativa presente no PIC, não existem recursos financeiros, propondo-se a retirada do PIC.
- Capoeira, formação técnico-profissional e cidadania: recordou a demonstração de interesse de alguns EM, em momentos anteriores, para que pudesse ser alargado para além da sua fase piloto em São Tomé e Príncipe, onde o projeto estava a ter grande sucesso conforme relatado anteriormente.
- Programa de Capacitação dos Laboratórios de Engenharia dos PALOP – Fase V: Informou que esta fase dá seguimento à fase anterior, recordando que os laboratórios capacitados já atuam como agentes de capacitação em diferentes

contextos. Os recursos disponíveis desta fase juntar-se-ão aos recursos remanescentes da fase IV para financiar a fase VI, proposta que seria apresentada de seguida.

- Programa de Capacitação dos Sistemas Estatísticos Nacionais PALOP e TL - Fase II: informou que se encontra em plena execução e que se trata de um projeto que permite reforçar a construção de índices e indicadores nos EM.
- Rede de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES): explicou que estava em curso a criação de uma unidade deste projeto junto da CPLP com dois técnicos alocados.
- LEGIS PALOP Fase IV: tratou-se de uma fase de continuação, que permitira o desenvolvimento de novos produtos, a consolidação dos objetivos traçados e prosseguir os esforços no sentido de garantir o envolvimento de Timor-Leste, relatou.
- Elaboração dos Vocabulários Ortográficos Nacionais (VON): relativamente a este projeto apenas pode adiantar que a execução financeira se concretizou e que estava previsto o lançamento durante a Cimeira de Díli.
- Capacitação aos Países da CPLP conforme estabelecido no Plano de Formação da CPLP em Matéria de Recursos Hídricos: A execução do Plano fora concluída, em 4 momentos de formações sob coordenação partilhada entre Portugal e Brasil. Notou ainda a boa apropriação que o projeto alcançara bem como o nível de execução na ordem dos 100% e que conseguiu também uma poupança de recursos.
- Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência: informou que a componente financeira já havia sido dotada e que se iriam agora dar início às atividades, estando o SECPLP em articulação com a entidade executora. Acrescentou que a execução das atividades se iniciaria em Moçambique e Cabo Verde e que contaria com acompanhamento do SECPLP.
- Apoio à Gestão e Monitoramento de Recursos Hídricos nos Países da CPLP: informou que fora possível realizar, durante a última formação e conforme Plano de Formação da CPLP em Matéria de Recursos Hídricos, Novembro de 2013, Maputo, uma reunião de prospeção e planeamento para o arranque do projeto tendo em vista a capacitação a ter lugar em Moçambique com participação de Timor Leste. Os recursos encontram-se disponíveis no Fundo Especial e aguarda-se o início da atividade.

Passando em revista as ações pontuais:

- Monitoramento dos Projetos Apoiados pelo Brasil no âmbito da CPLP, o qual já havia beneficiado o SECPLP.
- ODM desafio universitário, já concluído, tendo tido lugar em Cabo Verde e na Guiné-Bissau. Realçou o empenho da sociedade civil, nomeadamente na Guiné-Bissau, que permitira um cumprimento positivo e que permitia uma avaliação interessante da sociedade civil enquanto beneficiário direto.
- CIPS: Realçou o impacto positivo da ação na socialização e apropriação deste instrumento pelos EM. Indicou que esta atividade era acompanhada por um diálogo com a OIT entidade com a qual o SECPLP tinha um relacionamento institucional facilitado e que se podia considerar que o peso político da ação era superior à componente financeira, sendo citado como um exemplo de boas práticas.
- Biodiversidade em Ambiente Urbano e Desenvolvimento Sustentado: Propôs a retirada do PIC, como atividade não executada.
- V Escola de Jovens Líderes da CPLP: atividade que contara com a presença do Presidente da República e do Primeiro-ministro de Cabo Verde em momentos distintos. Foi possível observar uma reflexão conjunta das lideranças dos CNJ dos EM da CPLP que puderam partilhar as suas impressões com outros jovens da Universidade Africana de Juventude e Desenvolvimento. Acrescentou que, pela, primeira vez, as Nações Unidas convidaram a CPLP para um processo de diálogo conjunto e para intervir na sessão de abertura da Universidade Africana, o que demonstra o oportunismo da associação da CPLP a esta iniciativa.
- Promoção da Segurança Alimentar nas Cidades da CPLP através do Desenvolvimento da Agricultura Urbana Sustentável - Informou que a 1º Fase estava praticamente concluída, realçando o impacto significativo no contexto de alguns dos parceiros do Conselho de Maputo. Informou ainda da visita de estudo por 2 técnicos do Conselho Municipal de Maputo, a Portugal, onde tiveram oportunidade de partilhar experiências com diversas entidades portuguesas com projetos semelhantes.
- Manuais de arquitetura sustentável: Informou que o processo de levantamento em Timor Leste e São Tomé e Príncipe está concluído, aguardando-se a chegada de contributos de parceiros locais, prevendo-se concluir o produto editorial entre Abril/Maio de 2014.

- Reforço capacidade audiovisual da CPLP: reportou ao dia anterior, com a visita ao estúdio, onde tinha sido possível mostrar o equipamento e a capacidade de produção. Indicou que a execução técnica estava quase a 100%, e que o lançamento do sistema de transmissão de vídeo por internet seria possível nos próximos 90 dias, permitindo a órgãos de comunicação descarregar todos os materiais diretamente do servidor da CPLP. A execução financeira também atingira os 100%, assinalou ainda.

Recordando a parceria entre Hidroex e ANA no Curso de Clima e Eventos Extremos e Gestão de Recursos Hídricos, que correu em Novembro 2013, em amputo, no âmbito do Plano de Formação em Matéria de Recursos Hídricos da CPLP, o PFC do Brasil referiu que iria proceder a uma consulta prévia ao Hidroex antes da retirada formal do projeto do PIC.

A Coordenadora agradeceu a exposição, reconhecendo o empenho do SECPLP e dos EM que apostam na CPLP como parceiro de cooperação e realçou o valor crescente que é possível verificar nos domínios em que a CPLP intervém. Em seguida, solicitou o pronunciamento do PFC quanto à proposta de retirada do PIC dos dois projetos sugeridos pelo DC, bem como a transição de recursos referentes ao resultado de juros vencidos no período de 2002-2009 para a linha de projetos a identificar pelo SECPLP em articulação com os PFC, tal como anteriormente debatido.

Os PFC mostraram a sua anuência em relação a esses pontos, ficando acordado um processo prévio de consulta que o Brasil faria junto do Hidroex.

O PFC do Brasil, focando a sua intervenção sobre o projeto capoeira, relatou que levava a cabo uma missão em Dezembro de 2013, onde fora possível aferir a necessidade de uma maior institucionalização dos resultados do projeto, e que se encontrava em estudo a inserção das atividades em ambiente escolar. Como tal comunicou que o Governo brasileiro iria disponibilizar mais Euros 300.000,00 para consolidar o projeto em São Tomé e Príncipe e, caso os recursos fossem suficientes, iniciar o alargamento do projeto para a Guiné-Bissau, onde já foi desenvolvida uma missão de validação que necessitará de reconfirmação, mas isto após a estabilização política que se esperava.

Ralil Salomão complementou a informação sobre este projeto, enquanto representante da entidade executora, Raízes do Brasil, observando que, em Março de 2014, seria finalizada a II etapa do projeto com cerimónias de graduação para 25 professores oriundos de 11 diferentes núcleos. Corroborou que se equacionava inserir esses professores nas escolas, conferindo ao projeto também uma componente de empreendedorismo, onde os professores formados se poderiam manter profissionalmente. Salientou que na componente de sustentabilidade e de cidadania estavam a trabalhar com temas de continuidade, envolvendo mais aspetos relacionados com saúde e higiene bem como disseminação de manifestações artísticas

do Brasil e de São Tomé e Príncipe. Aditou que a intenção de expansão não passava apenas pela Guiné-Bissau mas por outros países que tivessem interesse em trabalhar em conjunto.

Nilma Gomes, Reitora da UNILAB, referindo-se ao projeto da Rede de Instituições Públicas de Ensino Superior (RIPES), usou da palavra para fornecer informações adicionais sobre o projeto. Explicou que o projeto pretendia construir uma rede de universidades públicas entre os PALOP e Timor-Leste e universidades brasileiras. Informou que, no âmbito das ações já realizadas, houve a instalação de uma sala do projeto na sede da CPLP e de escritórios em Redenção. Aditou, ainda que haveria um gestor sediado no SECPLP e dois técnicos na área administrativa e de comunicação, lotados na sede da UNILAB. Referiu missões de reapresentação do projeto junto de instituições que assinaram acordos e já aderiram ao projeto. Aludiu, também, à contribuição da RIPES na criação de uma universidade em São Tomé e Príncipe. Ademais, houve a apresentação da proposta de Plano de Trabalho para o exercício de 2014.

O PFC de Portugal agradeceu as informações e colocou algumas questões. Relativamente ao alargamento do projeto capoeira, questionou se o processo de introdução nas escolas e ligado ao empreendedorismo, estava a ser pensado apenas para São Tomé e Príncipe ou também para a Guiné-Bissau. Recordou que quanto a este último, que a CPLP não reconhecia as autoridades no poder e que qualquer desenvolvimento teria de respeitar o *timing* em que houvesse autoridades legítimas no poder. Por outro lado inquiriu sobre que forma é que o alargamento para as escolas podia dar ser compatível com o número de docentes e se haveria capacidade de absorver esses professores nas escolas. Perguntou, ainda, para que níveis de ensino estava a ser pensado e de que forma previam a sustentabilidade na contratação desses professores em São Tomé e Príncipe.

Relativamente ao projeto RIPES, questionou de que forma a RIPES estava articulada com outras redes como a AULP e com universidades portuguesas. Interrogou, também, se dentro do mandato da RIPES estava incluída a lógica de construção da universidade de São Tomé e Príncipe, qual seria a dinâmica de contribuição para o ensino superior e de que forma é que estaria pensada a apropriação nesse caso. Expressou a sua preocupação em evitar a sobreposição com iniciativas em curso, designadamente com a própria cooperação portuguesa.

O PFC do Brasil indicou que estado do projeto de apoio ao Desenvolvimento do Artesanato em São Tomé e Príncipe se encontrava em fase de saída, mas que havia sido constatada a necessidade de reforço da capacidade da cooperativa, relacionado com a sua integração no mercado. Nesse quadro, apresentou uma proposta de extensão do projeto para desenvolver, em 12 meses, um conjunto de atividades especificamente

orientadas para as necessidades da Cooperativa UêTela. Porém, por restrições financeiras, o Brasil não estava em condições de assegurar o financiamento dessa nova etapa.. Apresentou a proposta de, após concertação com as autoridades de São Tomé e Príncipe e caso o Fundo Especial detenha recursos financeiros disponíveis, se seria possível que se utilizassem os saldos remanescentes do projeto Salas Verdes, cerca de Euros 77.000,00 bem como do Rio +20, cerca de Euros 5.000,00. Acrescentou que esse montante não permitiria financiar todas as atividades mas que permitiria resolver questões mais prementes.

O PFC de São Tomé e Príncipe afirmou que as autoridades do seu país vinham trabalhando com o Brasil neste aspeto e que a proposta era bem acolhida. Acrescentou que quanto ao projeto de capoeira havia sido manifestada a intenção do Ministério da Educação, que agora tutela o projeto, de que a atividade fosse integrada no primeiro ciclo de ensino básico.

A Coordenadora notando a aquiescência de todos os PFC deu por aprovada a proposta do Brasil.

A Reitora da UNILAB prestou os esclarecimentos solicitados por Portugal, informando que a RIPES fora pensada no desenvolvimento dos PALOP e de Timor-Leste. Disse que as universidades portuguesas não estavam excluídas da Rede, nomeadamente aquelas já com protocolos firmados com a UNILAB, mas que o projeto, numa primeira fase, dava enfoque à cooperação às universidades públicas nos PALOP e em Timor-Leste. Em Portugal, tendo em conta a articulação com a AULP, já existiam universidades aí consagradas, e que poderia ser uma forma de estender o raio de atuação.

Notou que a RIPES era composta por universidades públicas e que AULP integrava também privadas. Disse que nada impedia que na RIPES, através da AULP, se procurasse perceber quais são as redes que existem e que universidades que fizessem parte dessas redes poderiam assim ser alcançadas. São Tomé e Príncipe é um parceiro da RIPES e a intenção era ter investigadores dentro da Rede e junto das instituições que as congregam. Informou que o Brasil tinha outro programa “construindo uma ponte Brasil-Africa”, uma iniciativa que iria ajudar a estabelecer a universidade em São Tomé e Príncipe, e que resultava de conversações bilaterais em que a UNILAB colaborava a pedido do governo brasileiro nesse diálogo bilateral. Acrescentou que a RIPES pretendia contribuir para a mobilidade dos pesquisadores, onde havia ainda muitos passos para dar e que seria necessário ainda muito diálogo entre Ministérios.

O PFC PT sublinhou a importância de colaborar nesta área ao nível da CPLP, pois já existia um longo trabalho de cooperação para o desenvolvimento e que a coerência nas políticas e a coordenação quanto ao trabalho desenvolvido assumiam particular relevância.

O PFC do Brasil esclareceu que o alargamento do projeto de capoeira para as escolas, e o enfoque no empreendedorismo era uma estratégia apenas pensada para São Tomé e Príncipe. Acrescentou que o desenho de “internalização” seria feito de forma diversificada. Aclarou que havia toda a intenção de respeitar o *timing* com a Guiné-Bissau e que perspetiva de alargamento estava relacionada com o facto de já ter sido feita a prospeção. No que tocava à absorção dos professores no ensino santomense, apontou como sendo uma vertente mais política do foro interno. Ralil Salomão, aditou que também existia uma forte demanda de ensino em escolas particulares, para além de, em função do aumento do turismo, serem solicitadas apresentações pagas que permitiam aos professores manter-se e dar aulas.

- **DECISÃO DA REUNIÃO:**
 - *Retirada do PIC de duas atividades:*
 - *Biodiversidade em Ambiente Urbano e Desenvolvimento Sustentado*
 - *Apoio aos Estados membros da CPLP na área da Capacitação e Formação em Recursos Hídricos (Hidroex), neste caso após processo prévio de consulta que o Brasil fará junto do Hidroex*
 - *Brasil reforçará em Euros 300.000,00 o projeto Capoeira com o objetivo da sua consolidação em São Tomé e Príncipe e início do processo de alargamento da atividade para a Guiné-Bissau.*
 - *Utilização do saldo remanescente das atividades “Salas verdes” (Euros 77.059,23) e “Rio +20” (Euros 5.844,32) para atividades especificamente orientadas no reforço da capacidade da Cooperativa UêTela, criada no âmbito do projeto de Artesanato em STP.*

9. Apresentação de Propostas de Atividades

9.1. Proposta Revista do Projeto: Direitos das Crianças em Rede (3ª fase do Projeto "Meninos de rua: Inclusão e Inserção")

O DC referiu que esta ação pontual fora aprovada na XXVII RPFC com a categoria de Decisão 3 e que fora, desde então, revista pela proponente, a Associação de Cooperação entre os Povos (ACEP), integrando as recomendações dos PFC.

Liliana Azevedo, da ACEP, procedeu a uma apresentação da proposta, recordando os antecedentes do projeto, cuja primeira fase tinha sido desenvolvida em Angola, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau, e a segunda em Cabo Verde, Moçambique e Timor-Leste. Passou em revista as atividades desenvolvidas, sublinhando a elaboração de instrumentos de informação e da sensibilização através da participação de jovens e de ateliers de ilustração criativa. Realçou o contributo no âmbito dos direitos das crianças e jovens, designadamente através de debates nas escolas. Falou do reforço das

organizações parceiras reforçando a partilha de experiências, do intercâmbio no Brasil, do aumento da visibilidade no blogue e das colaborações com os media. Referiu também um estudo sobre os modelos de intervenção com crianças e os contactos estabelecidos com outras instituições.

Destacou, também, a importância da II fase no lançamento de uma base para uma rede de ONG's de defesa dos direitos das crianças. A ACEP tem vindo a trabalhar e a consolidar o trabalho desenvolvido designadamente com parceiros em Moçambique e em Timor-Leste com o intuito de permitir a experiência de colaboração de ONG's nesses países com outras do espaço CPLP. Explicou que após as recomendações da última RPF, foi feita uma avaliação das duas fases e perspetivou-se a valorização das boas práticas desenvolvidas, procurando criar de condições para uma apropriação conjunta. Como tal, a proposta resulta de consultas para encontrar o máximo denominador comum.

Como objetivo, destacou a criação e consolidação de redes informais de defesa e promoção dos direitos das crianças e jovens em situação de vulnerabilidade nos países da CPLP e ao nível da CPLP, bem como o reforço do trabalho de sensibilização e comunicação sobre direitos das crianças e jovens em situação de vulnerabilidade no espaço da CPLP. As atividades a serem levadas a cabo para que sejam alcançados os resultados pretendidos, passa pela realização de encontros nacionais sobre defesa e promoção dos direitos das crianças, envolvendo também instituições especializadas dos estados; a elaboração de fichas de sistematização de boas práticas de sensibilização e advocacia sobre direitos das crianças e jovens; a realização de um intercâmbio com organizações parceiras e instituições de referência de cada país membro da CPLP; a realização de um programa de debates/workshops sobre direitos das crianças e jovens; o desenvolvimento de um portal eletrónico sobre direitos das crianças e jovens no espaço da CPLP; a realização de pequenos vídeos de sensibilização sobre direitos das crianças e jovens em situação de vulnerabilidade nos países da CPLP; o reforço da comunicação e o trabalho em rede entre atores não-estatais e atores estatais, tanto ao nível da CPLP, bem como ao nível interno dos Estados membros, entre outras.

Solicitou a colaboração dos PFC para acompanharem o projeto no terreno e veiculou a disponibilidade dos parceiros do projeto em articularem-se com os respetivos PFC, através. Para esta terceira fase pretendia-se dar um salto qualitativo, explicou. Na medida em que as bases já estavam lançadas, a ideia seria poder dar continuidade às atividades, reforçando o trabalho em conjunto. Desenvolveu que o trabalho em rede resultava de um processo de colaboração e apropriação para o qual era necessário solidificar laços. A atividade pretendia criar essas condições e, através do financiamento da CPLP nas outras fases, fora possível alavancar outros financiamentos de outros parceiros.

O PFC de Portugal recordou que o projeto era relevante para os objetivos CPLP e que como tal o apoiava. Destacou a sua abrangência geográfica e o contributo para a criação de uma Rede de ONG direcionada para o apoio a crianças desfavorecidas, conferindo-lhe uma ligação de carácter institucional. Afirmou que se via esta fase como importante para consolidar o que já fora feito. Comunicou que Portugal estaria preparado para financiar até a um máximo de Euros 50.000,00, mas que esperava que o financiamento fosse alargado a outros estados membros. Salientou também a importância de procurar outros financiamentos para além da CPLP e incentivou o SECPLP e a DIRCOOP na identificação de financiamento adicional.

O PFC de Angola associou-se à intervenção de Portugal no apoio a esta atividade dizendo que os PFC devem apoiar projetos cuja importância e pertinência é conhecida. Como tal agradeceu as informações prestadas e expressou o apoio de Angola à atividade, embora não estivesse em condições de comunicar o apoio financeiro de Angola.

O Diretor de Cooperação assinalou o financiamento de Portugal e possibilidade de Angola vir a contribuir, mas acrescentou que, não havendo mais nenhum EM a contribuir, seria importante perceber se existe disponibilidade para aprovar uma proposta de categoria 2, em que a entidade executora teria de readequar o plano de atividades e logo que Angola pudesse comunicar um eventual financiamento, ou um outro EM, seria remetido um novo plano de atividades. Nesse caso seria proposto um prazo para os EM procurarem comunicar, até 31 de Março, eventuais contribuições e seria articulado com a entidade executora a circulação de novo plano atividades.

Os PFC concordaram com esta proposta.

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none">▪ DECISÃO DA REUNIÃO:<ul style="list-style-type: none">○ <i>Aprovação do Projeto com a categoria de Decisão 2, salvaguardando um prazo de até dia 31 de Março para a entidade executora readequar o plano de atividades e para que mais Estados membros possam comunicar eventuais financiamentos, devendo nessa data o SECPLP remeter um novo plano de atividades.</i>○ <i>Portugal financiará a atividade até a um máximo de Euros 50.000,00.</i>○ <i>Angola anunciará a sua contribuição até 31 de Março de 2014, reforçando a manifestação de interesse expressa no âmbito da XXVII RPFC.</i> |
|--|

9.2. Proposta Revista do Projeto “Portal da Conexão Lusófona - Fase I”

O projeto foi apresentado por Laura Vidal e Viviane Carriço, ambas da Associação Conexão Lusófona. Designaram a atividade como um projeto de cooperação juvenil, na qual os jovens seriam capacitados para poderem produzir conteúdos que pudessem depois alimentar um portal e dessa forma fomentar o conhecimento mútuo. Explicaram que, após as recomendações da última RPF, onde fora sugerido o estabelecimento de mais parcerias, haviam já firmado novas associações, tendo estágios aprovados, com cofinanciamento do governo português. Tal como solicitado o projeto surgia agora dividido por fases. Relativamente à componente de cooperação *strictu sensu*, mostraram que o projeto continha uma dimensão de capacitação e formação da qual resultaria a criação de clubes de jornalismo. Indicaram que, inicialmente, seria feito um diagnóstico de necessidades e que, tal como indicado, no anexo do projeto, as formações seriam adaptadas às diferentes necessidades.

A Entidade Executora referiu a grande inovação em termos da promoção da educação não formal contributo para a produção de conteúdos em língua portuguesa. Referiram que o projeto permitia a contínua aprendizagem e que contribuiria para projetar a CPLP no mundo. Acrescentaram que, no horizonte de sustentabilidade, tinham conseguido identificar receitas próprias, através de publicidade, rádio, de um módulo de emprego, com anúncios de empregos, e parcerias comerciais várias. Informaram também que o portal estaria no ar a partir de 15 de Fevereiro de 2014.

Face a indicação de que articulações foram feitas com universidades dos Estados Membros, o PFC do Brasil indagou qual universidade brasileira havia sido contactada e qual o nível da parceria aludida.

O PFC de Portugal afirmou que o projeto ia ao encontro das prioridades elencadas no plano estratégico para a Juventude da CPLP. Disse que o projeto tinha potencial e permitiria prestar um bom serviço à organização. Considerou que as alterações correspondiam às solicitações feitas anteriormente. Indicou que Portugal estaria disponível para cofinanciar, em apoio com outros EM, no montante global de até Euros 30.000,00.

O PFC de Angola cumprimentou o trabalho desenvolvido desde Maputo, que permitia estar na presença de um projeto mais objetivo. Revelou duas preocupações. A primeira com a designação conexão lusófona, afirmando que poderia ser mais adequado uma designação mais consensual. Disse que quando se fala de juventude tal era uma prioridade e que Angola apoiava o projeto. Porém, revelou que não se encontrava em condições de avançar valores. Interrogou sobre os parceiros em Angola e que valores estavam em causa.

As representantes da Conexão Lusófona, em resposta à questão colocada pelo PFC do Brasil indicaram que haviam estabelecido contactos preliminares com a agência Brasil através da rede da qual faz parte a Lusa. Notou que existiam parcerias já com protocolos firmados e outras em conversações. Quanto às universidades, sublinharam o protocolo com a UALP, que iria permitir a identificação das universidades, sendo que no Brasil provavelmente seria com a UNILAB. Quanto à questão do nome, era um problema que os jovens tinham dificuldade em compreender, afirmaram. Consideraram que o diálogo intergeracional poderia ajudar a ultrapassá-lo. Sublinharam que era importante ter uma visão global, que permitisse abarcar diásporas e outros países para além da CPLP. Mas que seria uma questão para ponderar. Quanto a parcerias em Angola identificaram já a empresa Blue de refrigerantes.

O PFC do Brasil notou que não era o procedimento mais correto a designação de parcerias que ainda não estavam formalizadas e que, de acordo com a reitora, não havia sequer contactos com UNILAB.

A Conexão Lusófona agradeceu os comentários e sugestões e adiantou que, caso não fosse possível obter a totalidade do financiamento para todos os EM identificados para a primeira fase, poderiam dividir esta fase e apresentar uma proposta que permitisse a execução em 4 EM, deixando os restantes para uma fase subsequente.

No seguimento da apresentação, o DC sugeriu a aprovação da atividade com a categoria de decisão 2, com o prazo de, até dia 31 de Março 2014, outros Estados membros poderem sinalizar apoio financeiro.

Os PFC aprovaram o projeto com a categoria 2.

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none">▪ DECISÃO DA REUNIÃO:<ul style="list-style-type: none">○ <i>Aprovação do Projeto com a categoria de Decisão 2, salvaguardando um prazo de até dia 31 de Março para a entidade executora readequar o plano de atividades e para que mais Estados membros possam comunicar eventuais financiamentos, devendo nessa data o SECPLP remeter um novo plano de atividades.</i>○ <i>Portugal financiará a atividade até a um máximo de Euros 30.000,00.</i> |
|---|

9.3. Proposta de Projeto: Programa de Capacitação dos Laboratórios de Engenharia dos PALOP – Fase VI

O DC afirmou que o projeto demonstrava um nível crescente de apropriação e que a presente fase visava incorporar Timor-Leste e contribuir para a sustentabilidade do projeto. A Fase VI prosseguirá o objetivo global do projeto: melhorar a intervenção dos Laboratórios de Engenharia Civil dos PALOP naquilo que é a sua função básica – o

apoio à Administração Pública, particularmente aos Ministérios de Obras Públicas, Ambiente ou Urbanismo, bem como às empresas privadas que o desejem ou necessitem, na garantia da qualidade das obras de engenharia civil. Destacou o contributo do projeto para o reforço dos níveis de governação dos EM, que recebiam propostas de atividades de outros parceiros de desenvolvimento e, desta forma, conseguiam ter as suas próprias regras e procedimentos identificados. Expôs a ideia de que Laboratórios bem capacitados poderiam atuar de forma mais competente no diálogo com parceiros de desenvolvimento o que assume grande relevância em termos da garantia da soberania de um Estado.

O DC concluiu a sua introdução referindo que a fase VI seria financiada com base a recursos remanescentes de atividades anteriores, nomeadamente das Fases IV e V.

A Entidade Executora, LNEC começou por indicar que vinha contando com o patrocínio do Camões e da CPLP sem os quais não seria possível desenvolver o projeto. Realçou a convicção de que o projeto garantia a autonomia técnica nos EM mais pequenos como Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. Disse que Timor-Leste estava também a começar a conseguir trabalhar no meso sentido, embora num estado de diferente evolução, pois não tinha ainda um laboratório de engenharia civil. Notou as dificuldades vivenciadas na Guiné-Bissau desde o golpe de Estado naquele EM. Relativamente a Angola e Moçambique, relatou que já contavam com outra estrutura e conseguiam aproveitar muito o convénio nível técnico. Há 2 anos que a tentavam colaborar com Timor-Leste e finalmente haviam conseguido realizar o primeiro curso de formação, muito bem-sucedido.

Informou que o Ministro das Obras Públicas de Timor Leste visitara recentemente o LNEC e que existia a expectativa de aumentar as atividades com Timor Leste. Sublinhou que o tipo de atividades se concentrava sobretudo em estágios de técnicos e para engenheiros no LNEC, bem como na realização de cursos de formação nos EM, sobretudo para aspetos práticos e assistências técnicas, procurando garantir a qualidade de serviços técnicos. Informou que estava projetado um seminário com todos os países, seguindo a proposta de um tema, que seria uma espécie de fórum de discussão, onde pudesse haver proximidade, e identificação de preocupações conjuntas.

O PFC de Angola agradeceu a apresentação feita e informou que Angola estava satisfeita com os resultados do projeto. Nesse sentido, informou que estariam dispostos a continuar e que o Laboratório de Angola estava engajado com o processo. Questionou como lidar com a situação na Guiné-Bissau, tanto em termos de assistência como de formação.

O PFC de Portugal sublinhou que era um projeto muito interessante, que promove a capacitação em áreas determinantes para o desenvolvimento, como é o caso das

infraestruturas. No campo financeiro notou que não haveria encargo e que o que era solicitado não era mais do que 28% do projeto. Realçou ainda que a capacitação tinha como objetivo que os capacitados pudessem depois replicar.

O LNEC explicou que na sequência golpe tinha havido dificuldade em operacionalizar atividades na Guiné-Bissau, com consequências negativas na execução de atividades naquele EM. A maior dificuldade fora garantir a operacionalização junto dos próprios guineenses. Referiu que dada a situação atual não havia a garantia de que fosse possível executar todas as atividades previstas com a Guiné-Bissau.

No seguimento da apresentação, o DC sugeriu a aprovação da atividade com a categoria de decisão 1, tendo esta proposta sido aceite por todos.

- **DECISÃO DA REUNIÃO:**
 - *Aprovação do Projeto com a categoria de Decisão 1.*
 - *A fase VI será financiada com os recursos remanescentes que sejam possíveis apurar das atividades precedentes, nomeadamente da fase IV e V.*

10. Pontos de Reflexão

10.1. Reflexão sobre o futuro da CPLP

O DC procedeu a uma intervenção em nome do Secretário Executivo da CPLP, afirmando que na génese do debate haviam estado os retiros da CPLP em que, de forma livre, se tinha procurado debater a agenda comunitária.

Assim, comunicou que no quadro das diferentes estruturas deliberativas da CPLP era muito importante fomentar um debate amplamente participativo, do qual pudessem resultar reflexões produtivas para o futuro e operacionalização da atividade da CPLP. Concordou que era necessário que em diversos patamares se refletisse sobre o que é a CPLP. Para tal era preciso olhar para os principais instrumentos normativos como o Acordo Sede e os Estatutos. Assim o SECPLP pretende também estimular a RPFC, no quadro do debate do futuro PIC, não deixando de lado uma reflexão sobre determinadas linhas de intervenção existem perspetivas promissoras para o desenvolvimento da cooperação comunitária.

O DC afirmou que o SE se encontrava comprometido com o marco histórico de celebrar 18 anos, em que a organização sairá da “adolescência” e, como tal, deverá afirmar a sua personalidade. É nessa linha de orientação, de uma CPLP de futuro e com Futuro, que não se quer ficar apenas nos aspetos já consagrados. Considera-se que nesta perspetiva de futuro, a cooperação comunitária continuará a fazer sentido. Por exemplo, existe a intenção de começar a trabalhar a vertente económica. A CPLP

enquanto organização é hoje mais experiente e evoluída, no tratamento dos seus diversos *dossiers*.

Referiu, em seguida, que o que distingue a CPLP de hoje da CPLP do início é o processo de evolução e desenvolvimento dos próprios EM. Recordou que os processos de integração regional nos quais os EM estão envolvidos, tem permitido a obtenção de vantagens comparativas para a estruturação futura da organização, recordando que, em sentido inverso, também os EM podem levar para esses contextos a experiência da CPLP. Por outro lado, referiu que a CPLP não pode deixar de lado a aproximação à Sociedade Civil promovendo uma cidadania comunitária crescente. Mencionou que o pilar da cooperação, que tem vindo a consolidar-se, constitui atualmente um dos ativos importantes da organização no contexto internacional, em virtude do trabalho desenvolvido em algumas áreas como por exemplo nos domínios da saúde, segurança alimentar ou do trabalho infantil, sendo compreensível assim o incremento de notoriedade da organização. Mas a CPLP necessita de esforços redobrados dos EM.

No que diz respeito ao potencial cooperação, o DC vincou a ideia de que existem alguns sectores que, pelo seu potencial, podem fazer mais sentido, como sectores de concentração: a juventude; a segurança alimentar e nutricional; os mares e oceanos; a sociedade civil; o sector da energia; e os Direitos Humanos.

Explicou, depois, brevemente, que:

- A juventude é a maior camada da comunidade, em função da maioria dos EM apresentar uma pirâmide etária positiva e que esse contributo, numa lógica de sustentabilidade, não pode ser ignorado e desperdiçado;
- No caso dos mares, explicou que o potencial é fantástico e que caso o dossier de alargamento das plataformas continentais dos EM acolha decisão favorável das NU, o Atlântico sul será um espaço geoestratégico de influência da língua portuguesa. Destacou, também, o potencial crescente na exploração dos fundos marinhos e, por outro lado, também o problema dos tráficos de diferente natureza, com os desafios que se colocam à paz e segurança, e ainda o papel crescente do turismo;
- Quanto à sociedade civil, é um foco de óbvio interesse e a CPLP tem refletido sobre o papel futuro do Fórum da sociedade civil e da ligação com os observadores consultivos, designadamente de como ligar a sociedade civil aos Estados e influenciar a sua agenda. Recordou que a sociedade civil não era interpretada de forma igual em todos os contextos na comunidade e que permanecia o desafio de encontrar recursos para a sua mobilização e envolvimento nas atividades da organização;

- No campo da energia, o potencial cooperação existe pois todos os EM possuem recursos que podem ser valorizados nos mercados internacionais das *commodities*, e representam um poder funcional interessante. Se trabalhada numa ótica internacional, poderá ser uma estratégia para capitalizar a venda de recursos energéticos fósseis e aplicar os proveitos em energias renováveis, garantindo a autonomia e soberania energética;
- A área dos Direitos Humanos é por demais óbvia e do interesse de todos os EM, recordando-se os avanços em 2013, com a tradução e publicação do Manual *Compreender os Direitos Humanos*, com a formalização da Rede das Instituições Nacionais de Direitos Humanos, com o convite para a CPLP estar no Fórum Mundial de Direitos Humanos, colocando aqui a organização em destaque no tratamento deste tema.
- A segurança alimentar e nutricional é uma temática que une e consagra o Direito Humano a uma alimentação adequada, que a CPLP tem abraçado através da partilha de modelos, introdução de ferramentas ponta, partilha de instrumentos, procurando relevar o potencial tremendo aqui subjacente. Para este assunto em particular foi criado um órgão de assessoria, o CONSAN.

O DC sublinhou que o amadurecimento da capacidade do SECPLP e dos PFC nestas matérias é um desafio, mas a tertúlia mostrou que é possível encontrar um mínimo denominador comum. O SECPLP tem por vezes dificuldade em harmonizar todas as áreas diversas em que intervém, considerando-se como produtivo um maior *focus*. Recordou que foi aprovada uma resolução sobre os secretariados técnicos permanentes das reuniões ministeriais que permite aliviar o esforço do SECPLP em seguir as resoluções dessas ministeriais e que tal resolução obriga à prestação de contas ao CCP. Disse, depois, que se terá de se refletir sobre as condições de funcionamento dessas estruturas, pois operam em voluntariado e a CPLP não surge como prioridade na sua intervenção diária. Recordou os casos de Secretariados de Reuniões Ministeriais que não estão ainda conformados com o quadro orientador da CPLP e que têm orçamento próprio., o que tem permitido um melhor funcionamento: caso da Juventude e Desportos e Justiça.

Sublinhou que o crescimento da organização dá um sinal positivo, mas acarreta desafios, que só podem ser acompanhados com meios adequados. Assim, mencionou que se torna urgente aumentar a capacidade técnica e logística do SECPLP. Num SECPLP sem meios e sem recursos é difícil atender a novas solicitações. Tal é o cenário atual, até pela falta de provimento de recursos para o funcionamento regular da instituição, o que motiva um quadro de reflexão interna do pilar de cooperação.

A Coordenadora realçou que já há dois anos que este assunto está na mesa e que é uma reflexão pertinente e oportuna que traz desafios para os PFC. Solicitou assim aos seus pares uma abordagem objetiva do tema.

O PFC de Angola referiu que esta reflexão não era uma novidade e que já tinha vivenciado a “nuvem de pensar a CPLP no futuro” e o que se quer para o futuro da CPLP. Os pontos trazidos são conhecidos. A vertente da cooperação é a base do trabalho dos PFC e, num primeiro ponto de vista, considerou que do lado dos EM há clareza na vontade política quanto ao projeto CPLP. Mas existem dificuldades. Alertou que ao longo dos anos, se se quer uma CPLP forte no futuro, será preciso ter EM também fortes internamente. Assim, deve-se também olhar para dentro e encontrar soluções para depois aliar interesses nacionais a internacionais. Mencionou que se olharmos para a constituição dos PFC a nível nacional as diferenças entre quem representam constitui um problema. Cada um atua de forma diferente. Pelo seu lado, considerou que dificuldades de articulação interna impedem que nem sempre se responda atempadamente.

Disse que se fosse feito um esforço interno de adequar gabinetes e uniformizar entre si, poder-se-ia criar um mecanismo semelhante e encontrar um denominador comum, permitindo colmatar a falta de comunicação entre os PFC. Esse diálogo entre PFC assume extrema relevância e deveria ocorrer com maior regularidade. Por outro lado, notou que os PFC não têm voz interna nas questões orçamentais, nem conseguem alocar verbas. E por vezes existe uma frustração, fruto de um défice, uma debilidade, uma incapacidade de elaborar projetos de cooperação. Convidou a que se continuasse a refletir, considerando que existem aspetos políticos muito importantes e uma carteira de problemas grande que deveriam ser alvo de abordagem.

O PFC de Portugal PT sublinhou a necessidade de não ficar apenas por reuniões e de procurar melhores mecanismos de comunicação *inter* reuniões. Tal permitiria um melhor tratamento das matérias. Concordou com a análise do SECPLP, que refletia um momento de salto da CPLP, de internacionalização em que a organização tinha de se projetar. Para tal, seria necessário criar os mecanismos adequados, encontrando práticas que permitissem aos diversos modelos nacionais ultrapassar constrangimentos, utilizando aprendizagem mútua e o que já é feito *inter*-Estados, numa lógica de partilha de boas práticas, o que ajudaria ao crescimento do pilar cooperação.

O PFC do Brasil disse que a explanação do SECPLP trouxera muitos elementos para reflexão. Solicitou que as mesmas fosse plasmadas em um *non-paper* para apoiar uma reflexão interna sobre o tema e apoiar o necessário processo de discussão nas capitais. É um desafio que precisa de tempo para amadurecer.

A representante de Cabo Verde informou que o último Conselho de Ministros se havia debruçado sobre a questão das conclusões do futuro da CPLP.

A Coordenadora esclareceu que no Conselho de Ministros o que fora decidido é que todas as intervenções dos ministros, que não tinham tido tempo para serem lidas, seriam documentos de trabalho e que as conclusões do retiro de Viseu também constituíam um documento de trabalho. Referiu que, nesse âmbito, também a RPFC poderia propor novos documentos. Concordou com a circulação deste novo *paper* enquanto instrumento de apoio ao aprofundamento da reflexão ao desenvolver no quadro do Grupo de Trabalho de revisão do PIC.

- **DECISÃO DA REUNIÃO:**
 - *O SECPLP circulará um “paper” sobre a reflexão do pilar da cooperação no futuro da CPLP, o qual deverá ser incluído no conjunto de documentos ao distribuir ao Grupo de Trabalho para a revisão do PIC;*
 - *Serão ainda disponibilizados outros documentos, designadamente:*
 - *As intervenções dos ministros no último CM;*
 - *As Conclusões do retiro de Viseu;*
 - *A resolução sobre fortalecimento dos PFC da CPLP (Conferência de Chefes de Estado de Luanda, 2010)*

10.2. Reforço das Capacidades Humanas do Pilar de Cooperação

O DC esclareceu que neste ponto pretendia apenas fazer notar a importância da atualização de conhecimentos e que seria desejável persistir na formação dos PFC e transmitir que também os colegas da DIRCOOP clamavam por adicionarem mais conhecimentos à sua formação. Assim deixou expressa a solicitação de que caso algum EM volte a financiar ações formativas e de capacitação com impacto nos temas da cooperação para o desenvolvimento, que gostaria que pudessem ser financiadas participações de quadros da DIRCOOP.

- **DECISÃO DA REUNIÃO:**
 - *Levar a preocupação de fortalecimento e necessidade de capacitação da componente humana da DIRCOOP aos órgãos superiores da CPLP, permitindo o financiamento da sua participação em ações formativas que venham a ser patrocinadas pelos Estados membros.*

11. Pontos de Informação

11.1. Reuniões Ministeriais Setoriais da CPLP

a) III Reunião Ordinária dos Ministros da Saúde da CPLP

O DC informou que a reunião iria decorrer entre 10 e 12 de Fevereiro de 2014 e que, à exceção do Brasil, todas as delegações já haviam confirmado a sua presença. Recordou que a II reunião ministerial datava já de 2009 (Estoril). Notou que as atividades de cooperação desta área se encontravam muito avançadas, mesmo sem que se tenha realizado no intervalo uma reunião dos titulares da pasta. Acrescentou que os recursos para o PECS-CPLP permitiram dar seguimento às decisões tomadas. Realçou o compromisso bem vincado dos Ministros do Brasil e de Portugal com esta agenda e a possibilidade de influência junto do Banco Mundial, o que facilitou a angariação de alguns recursos. Indicou também que a agenda da reunião já tinha sido circulada.

b) III Reunião de Ministros da Igualdade de Género e Empoderamento da Mulher

O DC informou que também esta reunião iria decorrer em breve, nos dias 13 e 14 de Fevereiro de 2014 e que a agenda já era conhecida. Sublinhou que embora existisse um plano estratégico, ainda não haviam sido identificados recursos para a sua concretização. Desse modo, embora a agenda fosse ambiciosa e estivesse aprovada a nível político, à exceção da campanha lançada combate à violência contra a mulher, ainda nada tinha sido feito no quadro do Plano em apreço. Como tal, esta ministerial teria o desafio de procurar adequar o Plano às condições reais e coerentes para que pudessem ser concretizadas algumas atividades.

c) VI Reunião de Ministros do Ambiente

O DC informou que a V Reunião Ministros do Ambiente, se realizara em Maio de 2012, na Ilha do Sal e que o Ministério para a Coordenação da Ação Ambiental de Moçambique, comunicara, recentemente, ao SECPLP, a disponibilidade de acolhimento da VI Reunião Ministros do Ambiente, no mês de Abril, em Maputo. Nesse sentido, e cumprindo a lógica de articulação com os restantes EM, seriam aguardados contributos e de concordância com a data proposta.

d) VI Reunião dos Ministros responsáveis pela Agricultura e Segurança Alimentar

O DC informou que a V Reunião dos Ministros responsáveis pela Agricultura e Segurança Alimentar, se realizara em Luanda, em Junho de 2012. Até à data não havia sido comunicada por Moçambique uma proposta de data de acolhimento da VI Reunião. Indicou que durante o presente ano, seria realizado o II Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (CONSAN-CPLP), em Díli, aquando da Conferência de Chefes de Estado da CPLP, com um segmento Ministerial, provavelmente representado pelos Ministros da Agricultura.

e) III Reunião dos Ministros do Mar

O DC informou que a II Reunião dos Ministros dos Assuntos dos Mares se realizara em Luanda, em Junho de 2012. Indicou que o Ponto Focal de Moçambique para os Assuntos dos Mares da CPLP circulara recentemente pelos demais pontos focais a proposta de acolhimento por Moçambique, da III Reunião dos Ministros dos Assuntos do Mar da CPLP, nas datas propostas de 12 a 13 de Junho ou 19 a 20 de Junho. Referiu que à data ainda não existia consenso dos PF sectoriais quanto às mesmas.

11.2. VI Conferência de Ministros responsáveis pela Juventude e pelo Desporto

O DC informou que se tratava de uma reunião ministerial, que se realiza anualmente, mas que não se encontrava alinhada com o quadro orientador das reuniões ministeriais da CPLP. Notou que essa situação criava alguma dificuldade de concertação de uma posição da CPLP nestas áreas. Realçou que o Secretariado Executivo era apenas observador da Conferência e que não tinha assento na mesa. Indicou que o Secretariado Executivo não estivera presente na passada reunião, que teve lugar em Dezembro de 2013, no Brasil, pois embora tivesse sido dirigido um convite a ministerial não cobria os encargos dessa participação.

Disse, também, que a última Conferência aprovara uma Carta da Juventude e que os documentos legais provenientes da Conferência haviam sido remetidos para depósito junto do SECPLP, o que causara constrangimento. Acrescentou que, nesta última reunião, se decidira ponderar sobre a “Eventual criação de uma unidade dedicada aos temas da juventude no seio CPLP” e promover um concurso para a criação de um Hino dos Jogos Desportivos da CPLP. Considerou que seria urgente manter um diálogo com os responsáveis da área e solicitou aos PFC para que a nível interno pudessem chamá-los à atenção.

11.3 Exercícios nacionais de coordenação dos Pontos Focais de Cooperação com os Pontos Focais Setoriais

A Coordenadora solicitou aos PFC uma informação sobre a evolução desta articulação dos PFC com as respetivas áreas setoriais.

O PFC de Portugal usou da palavra para dizer que nem sempre era fácil manter contactos com os parceiros setoriais. Explicou que internamente tinham criado uma rede virtual para partilhar informação, no dia-a-dia, sobre a gestão quotidiana, para que os PF ministeriais pudessem atualizar com as suas atividade, podendo esta prática de trabalho ser um exemplo replicável para outros EM.

O PFC do Brasil informou que a ABC faz parte da estrutura do MRE, no qual, os assuntos, em função de sua temática, são acompanhados por diferentes áreas setoriais, sendo a ABC responsável pelo tema cooperação. Indicou que a Missão do Brasil junto da CPLP tinha como praxe enviar a informação sobre a CPLP para todos os setores que possam ter envolvimento em determinado assunto, garantindo dessa forma a apropriada circulação dos temas.

O PFC de Portugal explicou que exigia um trabalho de articulação, coordenado pela comissão interministerial para a cooperação, que fazia a coordenação de toda a matéria relevante em termos de cooperação. Só depois era trabalhado ao nível das diretorias gerais, dialogando ao nível do Camões (IC) e dos pontos focais dos diversos ministérios. Considerou que se tratava de um instrumento importante e que permitia que, por exemplo, os ministérios setoriais tivessem necessidade de pedir pareceres prévios ao IC para desenvolverem projetos. Este procedimento permitiria criar um maior conhecimento e envolvimento, sendo importante nesta articulação a relação cara-a-cara. Realçou esse trabalho inicial de articulação como fundamental para depois poder desenvolver um trabalho de forma virtual.

O PFC de Timor Leste que afirmou estar a acompanhar as informações dadas pelos colegas PFC e que, embora estivesse há apenas 2 meses como PFC, presenciara situações semelhantes e concordou na importância de falar cara-a-cara. Disse que em relação à CPLP muitos colegas ainda não conheciam a organização, nem tinham muita ligação, e que ela própria apenas tivera contactos anteriores por correspondência. Para colmatar essa falta de seguimento dos assuntos passaria a tentar falar cara-a-cara, para poder apresentar a CPLP e importância da organização a nível nacional, pois já este ano acolheriam a presidência da CPLP e os ministérios setoriais deveriam assumir o seu papel. Notou que alguns já o faziam e que havia intenções de realizar a XXIII

Reunião dos Ministros do Trabalho e o II Fórum de higiene e segurança no trabalho em 2015.

O PFC de Angola corroborou que se tratava de um desafio. Disse que normalmente as reuniões sectoriais ministeriais se realizavam no Estado que detinha Presidência e que o PFC nacional acompanhava todas as reuniões ministeriais que aí tinham lugar. Mas relatou que por vezes havia dificuldades em receber as deliberações sectoriais, mesmo havendo a presença de delegações nacionais. Ponderou se, talvez, o PFC nacional do Estado que detém a Presidência pudesse recolher e canalizar para todos os PFC. Seria mais uma fonte de informação. Concordou que a articulação entre PFC e áreas sectoriais era uma tarefa difícil e notou que Angola periodicamente convocava os PF sectoriais, mas que nunca conseguia que todos comparecessem. Mostrou interesse na estratégia seguida em Portugal e disse que iria procurar estabilizar procedimentos com os ministérios setoriais para disciplinar a partilha de informação.

A Coordenadora anuiu que a Presidência colocava maior pressão para articular com os PF setoriais e que a articulação daí resultante tinha sido uma mais-valia. Confessou alguma falta de sensibilidade para com a atividade do PFC e que um despacho do Ministro pode ser determinante. No caso de Moçambique, relatou, permitiu melhorar a compreensão das competências do SECPLP e dos Secretariados Técnicos Permanentes das Reuniões Ministeriais. A passagem de Moçambique pela Presidência melhorou a articulação *intra* CPLP, contou. A gestão do *dossier* cooperação apresenta os desafios da polivalência de assuntos, constituindo a rotação dos pontos focais igualmente um desafio.

Teresa Pereira, Ministra Conselheira da Missão de Angola junto da CPLP, apelou em particular à coordenação dos PFC com os pontos focais da agricultura no âmbito da ESAN. Sublinhou que a ESAN fora aprovada ao mais alto nível pelos Chefes de Estado e que estava em curso uma Campanha que necessitava de apropriação pelos EM, com a criação de estruturas de acompanhamento. Recordou que o lançamento oficial da Campanha seria já em Fevereiro e que a CPLP anunciaria publicamente que existem 28 milhões de pessoas com fome na Comunidade, não havendo, no entanto, até à data, nenhuma contribuição dos EM.

A representante da Embaixada de Cabo Verde referiu a dificuldade da estrutura da Embaixada em acompanhar os assuntos bilaterais e multilaterais e comunicou que estava previsto um reforço da estrutura para esse efeito.

A Coordenadora propôs que os EM consolidassem as estruturas nacionais para acompanhamento das atividades em curso pela Campanha.

11.4. Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP (PECS-CPLP)

O DC afirmou que o Plano se encontrava num momento de execução muito interessante, com a constituição de três redes estruturantes em curso e acrescentou que os EM que dispunham destas estruturas já estavam a atuar como formadores em outros EM. Informou também que o SECPLP se deslocaria a Washington para negociar novos financiamentos, permitindo perspetivar que esta área de atuação continuaria a ter recursos disponíveis.

11.5. Campanha da CPLP “Juntos contra a Fome”

O DC informou que a Campanha “Juntos Contra a Fome!” era uma iniciativa conjunta da CPLP e FAO, que resultava da Resolução aprovada pelo XVIII Conselho de Ministros da CPLP, em Maputo, a 18 de Julho de 2013, e que tinha tem como objetivo central a angariação de fundos para o financiamento de projetos que visam melhorar a segurança alimentar e nutricional e as condições de vida das famílias e comunidades rurais mais vulneráveis. Disse que o lançamento oficial estava previsto para o dia 20 de Fevereiro de 2014, no quadro da X Reunião Extraordinária do CM, em Maputo.

Apresentou o logo oficial que resultava da linha visual já definida para a Campanha, estando em curso a composição de um hino. Informou que o Secretariado Executivo, em coordenação com as Missões Diplomáticas junto da CPLP, em Lisboa, encontra-se a desenvolver atividades de mobilização/envolvimento para a Campanha, contactando e convidando personalidades públicas a associarem-se à iniciativa e solicitando apoio financeiro a empresas com negócios nos vários países da comunidade. Reiterou o pedido de identificação de empresas sediadas nos EM que pudessem ser contactadas bem como de associações desportivas e associações de municípios.

Recordou o pedido feito de constituição de um Grupo de Coordenação Nacional, com funções de replicação das atividades em todos os EM. Concluiu indicando que fora proposto ao CCP e à Missão de Angola junto da CPLP a contribuição para financiar os custos referentes aos produtos de identidade da Campanha.

▪ **DECISÃO DA REUNIÃO:**

- *Os PFC deverão procurar trabalhar articuladamente com as áreas nacionais pertinentes na consolidação das estruturas nacionais de acompanhamento das atividades da Campanha Juntos Contra a Fome, os chamados Grupos de Coordenação Nacional.*

11.6. Observatório dos Fluxos Migratórios da CPLP - Apresentação da plataforma

O DC informou que o Observatório dos Fluxos Migratórios (OFM) estava já alojado no SECPLP, conforme decisão da VIII Reunião dos Serviços de Migração e Fronteiras da CPLP, que incumbira o SECPLP de concertar com os EM no sentido de realizar uma Reunião Técnica sobre o OFM.

Foi apresentado um esboço de imagem gráfica da plataforma em que o SECPLP vinha trabalhando e prestada a informação de que, em breve, seria convocada uma reunião dos pontos de contacto nacionais para dar seguimento ao processo.

11.7. I Conferência CPLP Governo Eletrónico

O DC informou que a conferência teve lugar a 29 de Novembro de 2013, em Lisboa, no auditório da Torre do Tombo, sob o tema "Governação Inteligente para Liderar o Futuro", reunindo representantes governamentais e empresariais de toda a comunidade CPLP. Explicou que, tendo em conta o potencial de cooperação por explorar no domínio Governo Eletrónico no âmbito da CPLP, esta conferência tinha tido por objetivos centrais permitir um espaço de discussão e diálogo em torno do governo eletrónico, impulsionando a partilha de experiências e promover o surgimento de novos projetos conjuntos entre os diversos Estados membros.

Em seguida, Cláudia Gonçalves Barroso da AMA (Agência para a Modernização Administrativa), prestou algumas informações sobre a AMA e relatou como surgiu a ideia de um encontro ao nível da CPLP sobre o Governo Eletrónico. Assim, explicou, foram estabelecidas parcerias e realizada uma pré-conferência preparatória da mesma. Na Conferência em si, que foi aberta à sociedade civil, estiveram presentes representantes de alto nível e um total de cerca de 400 participantes. As perspetivas de futuro foram plasmadas na Declaração e informou que existe já a intenção de realizar uma IIª Conferência, em 2014, em Luanda.

Referiu também o projeto de governação eletrónica PALOP-TL, financiado pela CE, com a duração de trinta e seis meses e que abordava áreas chave nesta matéria. Como conclusões referiu a utilidade de promover caminhos conjuntos e construir sinergias para o futuro. Tratando-se da governação eletrónica, haveria sempre espaço para desenvolvimento de atividades de partilha de boas práticas. Apelou a que não se deixasse que o tema fosse arrumado, pois cada vez mais os EM apostavam no reforço da governação eletrónica e como tal os PFC e a CPLP deveriam abraçar esse desafio.

A Coordenadora expressou o seu desejo que a disposição que existe de buscar sinergias e de fortalecer contactos através de experiencias positivas pudesse ser alcançada.

11.8. Convenção Multilateral sobre Segurança Social da CPLP

O DC recordou as deliberações da XII Reunião dos Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP, realizada em Abril de 2013, em Maputo, Moçambique, que recomendou a realização de uma reunião técnica para a negociação desta Convenção. Tal reunião realizou-se, entre 11 e 13 de Setembro de 2013, na sede da CPLP, em Lisboa, e garantiu a obtenção do consenso sobre o texto final. A assinatura do instrumento esteve prevista por ocasião da III Conferência Global sobre Trabalho Infantil, entre 8 e 10 de Outubro de 2013, em Brasília, o que não foi possível, por falta de pronunciamiento dos Estados membros que deveriam ter feita as respetivas consultas internas.

Realçou que, no entanto, Portugal e São Tomé e Príncipe já se pronunciaram favoráveis à assinatura da Convenção. Por outro lado, Timor-Leste comunicara não estar em condições para assinar a Convenção tendo em conta que só agora estar a dar os primeiros passos, com a colaboração de Portugal, na implementação do seu sistema de segurança social.

Neste contexto o DC procurou sensibilizar os PFC no sentido de solicitaram às suas competentes áreas sectoriais, um ponto de situação sobre o assunto e recomendou que o Brasil e Moçambique articulassem entre si uma nova proposta de data para a assinatura dos EM que estivessem interessados em fazê-lo.

11.9. Manual Compreender os Direitos Humanos - Eventos de Lançamento nos Estados membros

O DC informou que o Manual “Compreender os Direitos Humanos” resultava de um trabalho de mais de 40 peritos e instituições provenientes de todo o mundo e foi coordenado sob orientação “European Training and Research Centre for Human Rights and Democracy” em Graz. O Manual procurava refletir a diversidade de perspectivas sobre direitos humanos mantendo o princípio da sua universalidade. Notou que a tradução em português veio suprir uma lacuna nesta área, dado que se trata de uma importante ferramenta, traduzida já em 15 línguas e que era usada a nível global, apresentando uma nova metodologia sobre educação e ensino de direitos humanos.

Recordou que a tradução para português e publicação da 1ª Edição foram financiadas pela CPLP. Lembrou também que o primeiro evento de lançamento decorreria em Lisboa, durante a Iª Reunião das Instituições Nacionais de Direitos Humanos da CPLP, em Maio de 2013, tendo-se seguido um lançamento em Maputo, à margem do Conselho de Ministros da CPLP de Julho de 2013. Subsequentemente foi também realizado, no âmbito do Fórum Mundial de Direitos Humanos, que teve lugar em Brasília, em Dezembro de 2013.

Notou que para 2014 se previa realizar eventos de lançamento nos restantes Estados membros e a realização de formações em cada Estado membro, estando a ser concertadas para breve datas para São Tomé e Príncipe e Cabo Verde. Finalizou sublinhando que embora tivesse sido apoiada esta primeira edição em papel, o Manual se encontrava em acesso livre, podendo ser descarregada gratuitamente, existindo uma *hiperligação* no portal da CPLP.

11.10. II Reunião de Pontos Focais do Centro de Informação em Proteção Social (CIPS)

O DC informou que o SECPLP pretendia consultar os EM sobre a possibilidade de se realizar a IIª Reunião com os Pontos Focais mandatados para o CIPS, em Abril de 2014, na sede da Organização, em Lisboa. A II Reunião com os Pontos Focais mandatados para o CIPS teria como intuito avaliar os resultados alcançados com a iniciativa. Ponderou que, caso existisse a possibilidade de financiamento para uma III Fase desta atividade, se deveria refletir sobre os atuais objetivos da plataforma e encontrar em conjunto formas de tornar o CIPS mais útil, em conformidade com os respetivos interesses dos Estados membros em matéria de proteção social.

11.11. I Fórum de Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho da CPLP

O DC informou que o I Fórum de Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho da CPLP, se realizara em Maputo, no dia 18 de Setembro de 2013, tendo sido um evento que decorreria com grande sucesso, permitindo conhecer as diversas realidades nacionais em termos da legislação existente bem como as práticas locais e estatísticas, promovendo a divulgação de experiências e de casos de sucesso no âmbito SHST.

Em seguida, Joaquim Nunes, representante da Medempresa, fez um relato deste fórum, dizendo que a ordem de trabalhos contemplara a presença e intervenções dos pontos focais para a temática SHST dos Estados membros da CPLP; representantes de entidades oficiais governamentais; instituições públicas e privadas com atuação no âmbito da SHST; empresários; direções de recursos humanos; médicos do trabalho e

técnicos SHST. Realçou que os objetivos subjacentes ao evento haviam sido totalmente cumpridos e que Evento marcava o início de um despertar para a melhoria das condições de trabalho através da promoção de programas estratégicos em matéria de Saúde Ocupacional em todos os Estados membros, tendo ficado bem claro o apelo da sociedade civil junto às respetivas entidades governamentais.

Encerramento

A Coordenadora da RPFC, com o apoio do DC, sintetizou os consensos e as decisões adotadas, as quais constam da grelha seguinte.

Os PFC agradeceram a hospitalidade do SECPLP, felicitando a Coordenadora pela moderação e condução da Reunião e o SECPLP pelo empenho e qualidade dos documentos e informações apresentadas.

Nada mais havendo a acrescentar, a Coordenadora da RPFC deu os trabalhos por encerrados.

Feito em Lisboa, 18 de Março de 2014.



Grelha das Deliberações da XXVIII RPFC.

Ponto da Agenda	Deliberação
4. Visionamento de peças audiovisuais sobre a Cooperação na CPLP	<ul style="list-style-type: none">○ Cada PFC deverá apresentar sugestões tendo em mente o reforço da visibilidade e exercer pressão sobre os respetivos órgãos de comunicação para que estes deem maior visibilidade à CPLP.○ O PFC de PT irá remendar ao seu MNE uma estratégia de divulgação dos portais da CPLP pelos portais portugueses considerados relevantes para esse processo numa lógica de potenciar a visibilidade da CPLP;○ Cada PFC deverá recolher materiais audiovisuais junto das TV's nacionais e Ministérios e fazê-los chegar ao SECPLP, até ao final de Abril de 2014, tendo em vista a apresentação, na Cimeira de Díli, de um documentário mais completo sobre a cooperação na CPLP.
7. Seguimento das deliberações da XXVII RPFC - Grelha de deliberações	<ul style="list-style-type: none">○ No quadro da preparação de um novo PIC:<ul style="list-style-type: none">○ Decidiu-se continuar o exercício de revisão do PIC em paralelo com análise e debate sobre a Agenda pós 2015;○ Todos os EM e PFC são convidados a envolver-se e a apropriar-se do exercício;○ Cada EM deverá informar o SECPLP se será o PFC ou outras entidades, com as quais o SECPLP deveria trabalhar;○ O SECPLP circulará um novo calendário de atividades até 15 de Abril de 2014, recordando procedimentos e metodologias já consensualizadas, nomeadamente a constituição de um Grupo de Trabalho composto pelos PFC;○ Deverão ser exploradas as sinergias entre o exercício de revisão do PIC e a reflexão em curso sobre o futuro para a CPLP;○ Serão procurados caminhos de concentração das prioridades estratégicas do PIC;○ O SECPLP enviará uma NV para o PFC de Angola, enquadrando o tema da CPLP da Energia, tendo em vista a articulação com a Sonangol.
8.1 Execução Financeira do Fundo Especial do Ano de 2013	<ul style="list-style-type: none">○ O SECPLP levará ao CCP a proposta da RPFC de transitar os recursos referentes ao resultado de juros vencidos no período de 2002-2009 para a linha de projetos a identificar pelo SECPLP em articulação com os PFC.



CPLP

Comunidade dos Países
de Língua Portuguesa

<p>8.2. Quadro de Execução de Projetos e Ações Pontuais do PIC</p>	<ul style="list-style-type: none">○ Retirada do PIC de duas atividades:<ul style="list-style-type: none">○ Biodiversidade em Ambiente Urbano e Desenvolvimento Sustentado○ Apoio aos Estados membros da CPLP na área da Capacitação e Formação em Recursos Hídricos (Hidroex), neste caso após processo prévio de consulta que o Brasil fará junto do Hidroex○ O Brasil reforçará em Euros 300.000,00 o projeto Capoeira com o objetivo da sua consolidação em São Tomé e Príncipe e início do processo de alargamento da atividade para a Guiné-Bissau.○ Utilização do saldo remanescente das atividades “Salas verdes” (Euros 77.059,23) e “Rio +20” (Euros 5.844,32) para atividades especificamente orientadas no reforço da capacidade da Cooperativa UêTela, criada no âmbito do projeto de Artesanato em STP.
<p>9.1 Proposta Revista do Projeto: Direitos das Crianças em Rede (3ª fase do Projeto "Meninos de rua: Inclusão e Inserção")</p>	<ul style="list-style-type: none">○ Aprovação do Projeto com a categoria de Decisão 2, salvaguardando um prazo de até dia 31 de Março para a entidade executora readequar o plano de atividades e para que mais Estados membros possam comunicar eventuais financiamentos, devendo nessa data o SECPLP remeter um novo plano de atividades.○ Portugal financiará a atividade até a um máximo de Euros 50.000,00.○ Angola anunciará a sua contribuição até 31 de Março de 2014, reforçando a manifestação de interesse expressa no âmbito da XXVII RPFC.
<p>9.2 Proposta Revista do Projeto “Portal da Conexão Lusófona - Fase I” - Conexão Lusófona - melhorias do projeto</p>	<ul style="list-style-type: none">○ Aprovação do Projeto com a categoria de Decisão 2, salvaguardando um prazo de até dia 31 de Março para a entidade executora readequar o plano de atividades e para que mais Estados membros possam comunicar eventuais financiamentos, devendo nessa data o SECPLP remeter um novo plano de atividades.○ Portugal financiará a atividade até a um máximo de Euros 30.000,00.
<p>9.3 Programa de Capacitação dos Laboratórios de Engenharia dos PALOP - Fase VI</p>	<ul style="list-style-type: none">○ Aprovação do Projeto com a categoria de Decisão 1.○ A fase VI será financiada com os recursos remanescentes que sejam possíveis apurar das atividades precedentes, nomeadamente da fase IV e V.



10.1 Reflexão sobre o futuro da CPLP	<ul style="list-style-type: none">○ O SECPLP circulará um “paper” sobre a reflexão do pilar da cooperação no futuro da CPLP, o qual deverá ser incluído no conjunto de documentos ao distribuir ao Grupo de Trabalho para a revisão do PIC;○ Serão ainda disponibilizados outros documentos, designadamente:<ul style="list-style-type: none">○ As intervenções dos ministros no último CM;○ As Conclusões do retiro de Viseu;○ A resolução sobre fortalecimento dos PFC da CPLP (Conferência de Chefes de Estado de Luanda, 2010)
10.2 Reforço das Capacidades Humanas do Pilar de Cooperação	<ul style="list-style-type: none">○ Levar a preocupação de fortalecimento e necessidade de capacitação da componente humana da DIRCOOP aos órgãos superiores da CPLP, permitindo o financiamento da sua participação em ações formativas que venham a ser patrocinadas pelos Estados membros.
11.5 Campanha Juntos Contra a Fome	<ul style="list-style-type: none">○ Os PFC deverão procurar trabalhar articuladamente com as áreas nacionais pertinentes na consolidação das estruturas nacionais de acompanhamento das atividades da Campanha Juntos Contra a Fome, os chamados Grupos de Coordenação Nacional.

XXVIII REUNIÃO ORDINÁRIA
DOS PONTOS FOCAIS DE COOPERAÇÃO
DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA -
CPLP

Lisboa, 3 e 4 de Fevereiro de 2014

LISTA DE PARTICIPANTES

ANGOLA

Dr. Oliveira Francisco Encoge, Diretor do Gabinete de Apoio à CPLP do Ministério das Relações Exteriores e Ponto Focal de Cooperação;

Ministra Conselheira Teresa de Victória Pereira, Missão Permanente de Angola junto da CPLP;

Terceira Secretária Constância Vieira, Missão Permanente de Angola junto da CPLP.

Dr. Mário Filipe Garrido, Técnico, Ministério das Relações Exteriores;

Dra. Cristina d’Abril, Técnica, Missão Permanente de Angola junto da CPLP, e

Dra. Sofia Cochat - Osório, Técnica, Missão Permanente de Angola junto da CPLP.

BRASIL

Embaixador José Roberto de Almeida Pinto, Representante da Missão do Brasil junto da CPLP;

Dr. Durval Luiz de Oliveira Pereira, Primeiro Secretário da Missão do Brasil junto da CPLP;

Dr. Celso Távora, Missão do Brasil junto da CPLP;

Dra. Alessandra Ambrósio, Gerente de Programas de Cooperação Multilateral da ABC/Ministério da Relações Exteriores; e Ponto Focal de Cooperação; e

Dr. Samir Funchal, ABC / Ministério das Relações Exteriores.

CABO VERDE

Dra. Filomena Lopes, Embaixada de Cabo Verde.

MOÇAMBIQUE

Dra. Albertina Mac Donald, Directora para as Organizações Internacionais e Conferências (DOIC) no MINEC e Ponto Focal de Cooperação;

Conselheiro Dionísio Macule, Embaixada da República de Moçambique em Portugal; e

Dra. Maria Helena Sitefane, Direção para as Organizações Internacionais e Conferências (DOIC) no MINEC.

PORTUGAL

Dra. Ana Paula Laborinho, Presidente do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua

Dr. Paulo Jorge Nascimento, Vice-Presidente do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua

Dra. Paula Lopes, Chefe de Divisão dos Assuntos Multilaterais do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua

Dra. Eduarda Silva, Técnica superior do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, e

Dra. Maria Conceição Veiga, INE, Diretora de Relações Externas para Cooperação.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Dr. Nilson Lima, Ponto Focal de Cooperação da CPLP do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades; e Ponto Focal de Cooperação; e

Dr. Amílcar de Oliveira Afonso, Conselheiro da Embaixada da República Democrática de São Tomé e Príncipe, em Lisboa.

TIMOR -LESTE

Dra. Lídia Martins, PFC da CPLP, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação;

Conselheiro Jesuíno de Oliveira Alves, Representante da Missão Permanente de Timor-Leste junto à CPLP; e

Dra. Andreia Pires, Missão Permanente de Timor-Leste junto à CPLP.

SECPLP

Embaixador Murade Murargy, Secretário Executivo;

Dra. Georgina de Melo, Diretora Geral;

Dr. Manuel Clarote Lapão, Diretor da Cooperação;

Dra. Cristina Sousa, Coordenadora do Departamento Administrativo e Financeiro;

Dra. Clara Machado, Chefe de Secretaria Geral

Dr. Carlos Alberto Gonçalves, Técnico da Direção de Cooperação;

Dr. Philip Baverstock, Técnico da Direção de Cooperação;

Eng. Clara Justino, Técnica da Direção de Cooperação;

Dra. Sandra Pires, Assistente da Direção de Cooperação

Dr. Tomás Ramalhete, Estagiário CPLP

Convidados

Dra. Conceição Carvalho, Universidade de Aveiro;

Dra. Deolinda Cruz, Instituto de Higiene e Medicina Tropical;

Dr. Fernando Ribeiro, Assessor da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência;

Professora Dra. Nilma Gomes, Reitora da UNILAB;

Dra. Paula Oliveira, Universidade de Aveiro;

Mestre Ralil Salomão, Presidente do Instituto Raízes do Brasil;

Dra. Teresa Amador, Ecosphere.

Dr. Joaquim Nunes, representante da Medempresa

Dra. Cláudia Gonçalves Barroso, Agência para a Modernização Administrativa (AMA)

Dra. Laura Vidal, Conexão Lusófona

Dra. Viviane Carriço, Conexão Lusófona

Dra. Liliana Azevedo, Associação de Cooperação entre os Povos (ACEP)

Dra. Manuela França Martins, Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC)

Eng. João Portugal, Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC)

XXVIII REUNIÃO ORDINÁRIA DE PONTOS FOCAIS DE COOPERAÇÃO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CPLP

Lisboa, 3 e 4 de Fevereiro de 2014

AGENDA

1. Sessão de Abertura
2. Aprovação da Agenda de Trabalho
3. Inauguração do Circuito Interno de Televisão da CPLP - (Ap37/LIS/13 - Reforço da capacidade de comunicação audiovisual da CPLP)
4. Visionamento de peças audiovisuais sobre a Cooperação na CPLP
 - 4.1 Documentário sobre Trabalho Infantil na CPLP
 - 4.2 Documentário sobre o Pr49/LIS/12: “Capoeira: Formação técnico-profissional e cidadania”
 - 4.3 Peça audiovisual sobre a 1ª Conferência CPLP Governo Eletrónico
 - 4.4 Documentário “Desenvolvimento dos Recursos Humanos em Saúde na CPLP”
 - 4.5 Video promocional da “Campanha de Sensibilização sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres na CPLP”
 - 4.6 Peça audiovisual sobre Segurança Alimentar na CPLP
5. Apresentações pelas entidades executoras das Atividades que acompanham no âmbito do Fundo Especial:
 - 5.1 Secretaria de Estado de Direitos Humanos da Presidência da República do Brasil - Pr56/LIS/13: “Fortalecimento da Capacidade Política e Institucional de Agentes Governamentais e Não-governamentais para a Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência nos Países da CPLP”
 - 5.2 Instituto Raízes do Brasil - Pr49/LIS/12: “Capoeira: Formação técnico-profissional e cidadania”
 - 5.3 Universidade de Aveiro - Pr47/LIS/12: “Programa CPLP nas Escolas”
 - 5.4 ECOSPHERE - Pr53/MAP/12: “Base de Dados Jurídica da CPLP - Prolongamento (Legis-CPLP - Fase IV)”

6. Tertúlia: Visão da CPLP para a Agenda do Desenvolvimento Pós-2015
 - 6.1 Apresentações por Entidades Executoras e Observadores Consultivos da CPLP
 - Apresentação da Associação PAR
 - Apresentação da ACEP
 - Apresentação da Plataforma Portuguesa das Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD)
 - 6.2 Apresentações pelos Pontos Focais de Cooperação da CPLP
 - 6.3 Debate
7. Seguimento das Deliberações da XXVII Reunião Ordinária de Pontos Focais de Cooperação (RPFC)
8. Programa Indicativo de Cooperação
 - 8.1 Execução Financeira do Fundo Especial do Ano de 2013
 - 8.2 Quadro de Execução de Projetos e Ações Pontuais do PIC
9. Apresentação de Propostas de Atividades
 - 9.1 Proposta Revista do Projeto: Direitos das Crianças em Rede (3ª fase do Projeto "Meninos de rua: Inclusão e Inserção")
 - 9.2 Proposta Revista do Projeto "Portal da Conexão Lusófona – Fase I"
 - 9.3 Proposta de Projeto: Programa de Capacitação dos Laboratórios de Engenharia dos PALOP – Fase VI
10. Pontos de Reflexão
 - 10.1 Futuro da CPLP
 - 10.2 Reforço das Capacidades Humanas do Pilar de Cooperação
11. Pontos de Informação
 - 11.1 Reuniões Ministeriais Setoriais da CPLP
 - 11.1.1 III Reunião Ordinária dos Ministros da Saúde da CPLP
 - 11.1.2 III Reunião de Ministros da Igualdade de Género e Empoderamento da Mulher
 - 11.1.3 VI Reunião de Ministros do Ambiente
 - 11.1.4 VI Reunião dos Ministros responsáveis pela Agricultura e Segurança Alimentar
 - 11.1.5 III Reunião dos Ministros do Mar

- 11.2 VI Conferência de Ministros responsáveis pela Juventude e pelo Desporto
- 11.3 Exercícios nacionais de coordenação dos Pontos Focais de Cooperação com os Pontos Focais Setoriais
- 11.4 Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP (PECS-CPLP)
- 11.5 Campanha da CPLP “Juntos contra a Fome”
- 11.6 Observatório dos Fluxos Migratórios da CPLP – Apresentação da plataforma
- 11.7 I Conferência CPLP Governo Eletrónico
- 11.8 Convenção Multilateral sobre Segurança Social da CPLP
- 11.9 Manual Compreender os Direitos Humanos – Eventos de Lançamento nos Estados membros
- 11.10 II Reunião de Pontos Focais do Centro de Informação em Proteção Social (CIPS)
- 11.11 I Fórum de Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho da CPLP